

# **Demonstrações Financeiras**

## **Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig**

31 de dezembro de 2023  
com Relatório do Auditor Independente

# Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

### Índice

Relatório do auditor independente .....	3
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial .....	8
Demonstração do resultado .....	10
Demonstração do resultado abrangente.....	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	12
Demonstração dos fluxos de caixa .....	13
Demonstração do valor adicionado .....	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	15



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários  
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Telefone +55 (31) 2128-5700  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

### Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG

Belo Horizonte - MG

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Perda de crédito esperada do Contas a Receber de Clientes

Veja as notas explicativas 03(g) e 06 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia revisa periodicamente a sua carteira de contas a receber de clientes, com o objetivo de identificar ativos que estejam com problemas de recuperação.</p> <p>A mensuração da perda de crédito esperada é baseada no modelo de cálculo simplificado, de acordo com os requerimentos do CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, envolvendo o uso de premissas e julgamentos relacionadas principalmente com: (i) indicadores de mercado de risco de crédito do cliente; (ii) análise financeira disponível do cliente; e (iii) análise de êxito no recebimento de títulos vencidos.</p> <p>Consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e ao alto grau de julgamento para a seleção das premissas utilizadas para se estimar a perda de crédito esperada.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Avaliamos, em base amostral, para os clientes que a Companhia instaurou cobranças administrativas e judiciais, os fatores relevantes que embasam as probabilidades de êxito no recebimento do título, que foram elaboradas pelos assessores jurídicos da Companhia;</li><li>-Analisamos para as principais premissas, em base amostral, o histórico de perda de crédito e a capacidade de pagamento, com base em dados históricos e de mercado, dos valores provisionados como perda de crédito esperada no exercício de 2023.</li><li>- Com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos:<ul style="list-style-type: none"><li>(i) a metodologia de cálculo da perda de crédito esperada da Companhia;</li><li>(ii) se os cálculos matemáticos da perda de crédito esperada estão adequados;</li><li>(iii) a deterioração do risco de crédito, em base amostral, através de análise independente, com o uso da abordagem de “ancoragem externa”, utilizando dados externos, tais como: ratings e taxas de inadimplências divulgadas pelas agências de risco.</li></ul></li><li>- Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo de perda de crédito esperada do contas a receber, no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

## Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 20 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG

  
Mateus Cunha Figueiredo  
Contador CRC MG-105612/O-0

Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig  
 Balanço patrimonial  
 31 de dezembro de 2023 e 2022  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	340.245	514.027
Títulos e valores mobiliários	5	139.787	-
Contas a receber de clientes	6	337.732	306.691
Estoques		4.657	4.684
Tributos a recuperar	7	20.174	14.785
Direito de retirada de gás	17	12.947	6.730
Outros ativos		6.583	5.024
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>862.125</b>	<b>851.941</b>
<b>Não circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	5	9.127	127.051
Tributos a recuperar	7	24.621	1.430
Créditos de PIS e COFINS sobre ICMS	8	-	245.421
Depósito vinculado a litígios	16b	76.578	70.529
Ativo financeiro	11a	38.559	36.945
Ativo de contrato	11b	338.048	117.188
Intangíveis	11c	1.696.099	1.732.670
Arrendamento - direito de uso	12	8.917	10.588
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>2.191.949</b>	<b>2.341.822</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>3.054.074</b>	<b>3.193.763</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig  
 Balanço patrimonial  
 31 de dezembro de 2023 e 2022  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	242.669	288.649
Tributos a recolher	15	10.331	8.892
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9a	9.915	41.694
Debêntures	13	131.983	37.995
Salários, encargos e contribuições sociais		28.929	25.071
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19	81.702	106.785
Arrendamento – obrigações	12	2.430	2.236
Obrigação de entrega de gás	17	27.478	8.904
Outras obrigações		2.586	2.283
Total dos passivos circulantes		<u>538.023</u>	<u>522.509</u>
Não circulante			
Debêntures	13	943.441	1.006.438
Provisões para riscos	16a	9.205	10.217
Valores a restituir aos consumidores	8	163.116	175.874
Benefícios pós-emprego	18	2.880	5.379
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9b	21.409	60.456
Arrendamento – obrigações	12	6.531	8.401
Obrigação de entrega de gás	17	63.649	79.515
Total dos passivos não circulantes		<u>1.210.231</u>	<u>1.346.280</u>
Total dos passivos		<u>1.748.254</u>	<u>1.868.789</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	19a	665.430	665.430
Reservas de lucros	19b	640.766	659.552
Ajustes de avaliação patrimonial		(376)	(8)
Total do patrimônio líquido		<u>1.305.820</u>	<u>1.324.974</u>
Total do patrimônio líquido e dos passivos		<u>3.054.074</u>	<u>3.193.763</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig  
 Demonstração do resultado  
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Receita líquida	20	3.600.723	3.685.380
Custo dos produtos vendidos	22	(2.358.979)	(2.849.932)
Custos de construção de infraestrutura	21	(298.870)	(52.596)
		<u>(2.657.849)</u>	<u>(2.902.528)</u>
Lucro bruto		942.874	782.852
Despesas de vendas, administrativas e gerais	22	(102.549)	(89.538)
Perda esperada em créditos	6 e 22	(157)	(59)
Outras receitas e despesas operacionais	8 e 22	19.902	-
Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social		<u>860.070</u>	<u>693.255</u>
Receitas financeiras	23	157.336	110.438
Despesas financeiras	23	(166.166)	(119.754)
Resultado financeiro		<u>(8.830)</u>	<u>(9.316)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>851.240</u>	<u>683.939</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	9c	(294.010)	(202.250)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9c	38.857	(3.950)
Lucro líquido do período		<u><b>596.087</b></u>	<u><b>477.739</b></u>
Resultado básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da Companhia, em reais			
por ação preferencial	19c	1,9420	1,5565
por ação ordinária	19c	1,9420	1,5565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig  
Demonstração do resultado abrangente  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do período	596.087	477.739
Itens que serão reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes:		
Outros resultados abrangentes de benefícios pós-emprego, líquido dos impostos	(368)	1.013
<b>Resultado abrangente total do período</b>	<b><u>595.719</u></b>	<b><u>478.752</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig  
Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Retenção de Lucros	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>665.430</b>	<b>104.289</b>	<b>70.403</b>	<b>226.083</b>	<b>156.418</b>	-	<b>(1.021)</b>	<b>1.221.602</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	477.739	-	477.739
Constituição da reserva legal	-	23.887	-	-	-	(23.887)	-	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(4.886)	-	-	4.886	-	-
Dividendos Adicionais pagos	-	-	-	-	(156.418)	-	-	(156.418)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(65.187)	-	(65.187)
Dividendo mínimo obrigatório complementar	-	-	-	-	-	(49.498)	-	(49.498)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	344.053	(344.053)	-	-
Reversão de reserva de lucros	-	-	-	(104.276)	-	-	-	(104.276)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	1.013	1.013
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>665.430</b>	<b>128.176</b>	<b>65.517</b>	<b>121.807</b>	<b>344.053</b>	-	<b>(8)</b>	<b>1.324.974</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	596.087	-	596.087
Constituição da reserva legal	-	4.912	-	-	-	(4.912)	-	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(4.887)	-	-	4.887	-	-
Dividendos Adicionais pagos	-	-	-	-	(344.053)	-	-	(344.053)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(69.149)	-	(69.149)
Dividendos Intermediários pagos	-	-	-	(121.807)	-	-	-	(121.807)
Reversão da reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório complementar	-	-	-	-	-	(79.864)	-	(79.864)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	447.048	(447.048)	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(368)	(368)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>665.430</b>	<b>133.088</b>	<b>60.630</b>	-	<b>447.048</b>	-	<b>(376)</b>	<b>1.305.820</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig  
 Demonstração dos fluxos de caixa  
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do período		596.087	477.739
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	(38.857)	3.950
Provisão para perda de créditos esperada	6	157	59
Amortização do intangível	11	84.894	82.745
Amortização de arrendamentos – direito de uso	12a	2.676	1.740
Atualização do ativo financeiro da concessão	11	(1.492)	(1.858)
Juros sobre arrendamentos e debêntures	12 e 13	100.777	112.435
Créditos de PIS e COFINS sobre ICMS e Valores a restituir a consumidores	8	(12.758)	(31.434)
Provisão para riscos	16	(1.012)	(82)
Atualizações monetárias do contas a receber		(281)	(482)
Atualização monetária		(6.049)	(86.955)
Perdas com intangíveis baixados	11c	(54)	11.767
		<u>724.088</u>	<u>569.624</u>
<i>(Aumento) redução dos ativos:</i>			
Contas a receber		(30.917)	(78.179)
Tributos a recuperar		(28.321)	(4.275)
Outros ativos		(1.532)	(604)
Direito de retirada de gás		(6.217)	4.569
<i>Aumento (redução) dos passivos:</i>			
Fornecedores		(45.980)	39.345
Tributos a recolher		321.532	182.513
Salários e encargos		3.858	5.707
Obrigação de entrega de gás		2.708	775
Outras obrigações		(2.563)	674
Caixa proveniente das operações		<u>936.656</u>	<u>720.149</u>
Encargos financeiros pagos	13	(56.070)	(58.231)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(116.970)	(178.571)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>763.616</u>	<u>483.347</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aplicação em títulos e valores mobiliários			
Resgates de títulos e valores mobiliários		127.051	133.594
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(148.914)	(127.051)
Em ativos de contrato e intangível		(262.584)	(63.376)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(284.447)</u>	<u>(56.833)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de arrendamentos – obrigações	12	(3.323)	(2.129)
Amortização de financiamentos obtidos	13	(20.000)	(49.503)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		(629.628)	(285.717)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(652.951)</u>	<u>(337.349)</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		<b>(173.782)</b>	<b>89.165</b>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		514.027	424.862
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		340.245	514.027
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		<b>(173.782)</b>	<b>89.165</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig  
 Demonstração do valor adicionado  
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas		
Fornecimento/Distribuição de gás	4.155.768	4.560.058
Outras receitas e despesas	27.260	6.222
(-) Descontos	(16.291)	(17.008)
(-) ICMS – substituição tributária	(8.957)	(6.651)
(-) Provisão para perdas de créditos esperada	(156)	(59)
Receitas de construção	298.870	52.596
	<u>4.456.494</u>	<u>4.595.158</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Gás adquirido para revenda	(2.808.396)	(3.439.834)
Materiais	(3.000)	(2.195)
Serviços de terceiros	(43.963)	(35.489)
Outras despesas	(16.160)	(15.639)
Custos de construção	(298.870)	(52.596)
	<u>(3.170.389)</u>	<u>(3.545.753)</u>
Valor adicionado bruto	<u>1.286.105</u>	<u>1.049.405</u>
Retenções		
Amortização	(87.570)	(84.485)
Valor adicionado líquido	<u>1.198.535</u>	<u>964.920</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	157.336	110.438
Valor adicionado a distribuir	<u><b>1.355.871</b></u>	<u><b>1.075.358</b></u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	62.830	54.847
Benefícios	8.437	9.402
FGTS	2.188	2.154
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	357.321	261.711
Estaduais	161.468	148.527
Municipais	1.263	486
Remuneração de capital de terceiros		
Juros e multas	107.374	117.626
Aluguéis	-	358
Outros	58.903	2.508
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio e dividendos	69.149	65.187
Lucros retidos	526.938	412.552
	<u><b>1.355.871</b></u>	<u><b>1.075.358</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

### A Companhia

A Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig (“Gasmig” ou “Companhia”), sociedade de economia mista registrada na categoria B, da Comissão de valores Mobiliários (“CVM”), com sede em Belo Horizonte, concessionária de serviço público de gás canalizado, tendo como acionistas a Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig e o Município de Belo Horizonte (“MBH”), tem por objetivo a aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, distribuição e comercialização de gás combustível ou de subprodutos e derivados, diretamente ou por meio de terceiros.

A Companhia obteve a concessão para exploração industrial, institucional e residencial dos serviços de gás canalizado no Estado de Minas Gerais (Estado) pelo prazo de 30 anos, prorrogáveis, conforme previsão contratual, contados a partir da publicação da Lei Estadual nº 11.021, de 11 de janeiro de 1993. Em 26 de dezembro de 2014, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão e o prazo da concessão foi prorrogado até 10 de janeiro de 2053.

Em novembro de 2022, foi celebrado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com o objetivo de: (i) alterar o prazo para cumprimento das metas de expansão para o ciclo tarifário 2022-26; e (ii) alterar o índice inflacionário de reajuste das margens de distribuição, da base de ativos e da parcela não depreciada de ativos ao final da concessão de IGP-M para IPCA a partir de fevereiro de 2022, permanecendo o IGP-M como índice de correção antes de fevereiro de 2022.

#### 1.1.1. Conflitos internacionais

O preço da molécula de gás adquirida pela Gasmig é corrigido pela variação do petróleo do tipo Brent e pela variação da taxa de câmbio. O preço do gás apresentou queda em decorrência da instabilidade do setor bancário dos Estados Unidos e dos temores sobre desaceleração da economia global e impacto na demanda.

O Contrato de Concessão prevê o reajuste tarifário sempre que houver variações nos preços do gás natural adquirido pela Gasmig, de modo a garantir a adequada remuneração do serviço de distribuição de gás.

Adicionalmente, os fornecedores da Gasmig não apresentaram, até o momento, nenhum problema quanto a oferta do produto, tendo eles cumprido regularmente os contratos de fornecimento de gás firmados junto à Companhia, cujas principais características encontram-se apresentadas na nota explicativa nº 1.2 a seguir.

### Contratos de compra para fornecimento ao mercado

Para distribuição aos clientes de vários segmentos de mercado ligados aos gasodutos, a Companhia possui com os seguintes contratos:

- Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Contrato celebrado em 16 de dezembro de 2019 e sendo o último aditivo em 21 de dezembro de 2022 (Modalidade Firme Inflexível):

- Vigência: 31 de dezembro de 2023.
- Quantidade de gás contratada: 2.085.000m<sup>3</sup>/dia para o ano de 2022 e 1.985.000 m<sup>3</sup>/dia referente a 2023.
- Existência de cláusula de retirada mínima de 80% do volume contratado pela Companhia (*take or pay*) e pagamento de encargo de capacidade.

Contrato celebrado em 21 de dezembro de 2021 e aditivado em 21 de dezembro de 2022 (Modalidade Firme Inflexível):

- Vigência: 31 de dezembro de 2025.
- Quantidade de gás contratada: 480.000m<sup>3</sup>/dia para 2022, 422.000m<sup>3</sup>/dia para 2023, 374.000m<sup>3</sup>/dia para 2024 e 312.000m<sup>3</sup>/dia para 2025.
- Existência de cláusula de retirada mínima de 50% do volume contratado pela Companhia (*take or pay*), no ano de 2022 e de 90% nos demais anos de vigência do contrato.

- Galp Energia do Brasil - Galp

Contrato aditivado em 22 de novembro de 2022 (Modalidade Firme e PUT)::

- Vigência: 31 de dezembro de 2042.
- Quantidade de gás contratada: 450.000 m<sup>3</sup>/dia para 2023; 580.000 m<sup>3</sup>/dia para 2024 e 2025; 900.000 m<sup>3</sup>/dia de 2026 a 2032; 800.000 m<sup>3</sup>/dia para 2033 e 2034; 700.000 m<sup>3</sup>/dia para 2035 e 2036; 600.000 m<sup>3</sup>/dia para 2037 e 2038; 500.000 m<sup>3</sup>/dia para 2039 e 2040; 250.000 m<sup>3</sup>/dia para 2041 e 2042. A Companhia está obrigada contratualmente a adquirir e retirar a quantidade diária programada e, mesmo que não retire, pagar a penalidade de compromisso de retirada à vendedora.

- Equinor Energy do Brasil Ltda

Contrato celebrado em 22 de dezembro de 2023:

- Vigência: 31 de dezembro de 2028.
- Quantidade de gás contratada: 100.000 m<sup>3</sup>/dia para 2024; 1500.000 m<sup>3</sup>/dia para 2025; 100.000 m<sup>3</sup>/dia de 2026 a 2028. A Companhia está obrigada contratualmente a adquirir e retirar a quantidade diária programada e, mesmo que não retire, pagar a penalidade de compromisso de retirada à vendedora.

Além dos contratos acima, a Gasmig possui dois contratos de suprimento, para atendimento à municípios não conectados aos gasodutos de transporte (projetos estruturantes).

- GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda. – GásLocal

Acordo de Cooperação Comercial para atendimento à Pouso Alegre celebrado em 13 de janeiro de 2014 e aditivado em 16 de julho de 2019:

- Vigência: 28 de janeiro de 2024.
- Quantidade de gás contratada: 3.633 m<sup>3</sup>/dia para todo o período residual de vigência.
- Existência de cláusula de retirada mínima de 60% do volume contratado pela Companhia (*take or pay*).

- GNC Logás – Logística e Distribuição de Gás Ltda

Contrato de Compra e Venda de Gás Natural Comprimido para atendimento à Extrema celebrado em 02 de agosto de 2023:

- Vigência: 09 de agosto de 2025.
- Quantidade de gás contratada: 24.666 m<sup>3</sup>/dia entre janeiro e julho de cada ano e 29.666 m<sup>3</sup>/dia para os demais meses do ano de todo o período residual de vigência.

- Existência de cláusula de retirada mínima de 85% do volume contratado pela Companhia (take or pay).

Contrato de Compra e Venda de Gás Natural Comprimido para atendimento à Pouso Alegre celebrado em 27 de dezembro de 2023:

- Vigência: 29 de janeiro de 2024 a 28 de janeiro de 2027.
- Quantidade de gás contratada: 82.000 m<sup>3</sup>/mês.
- Existência de cláusula de retirada mínima de 60% do volume contratado pela Companhia (take or pay).

Nos contratos firmados, tanto a Petrobras quanto a Galp, a Equinor, a GásLocal e a Logás têm o compromisso de atender às quantidades contratadas, sob pena de incorrer em multas por falha de fornecimento.

### **Contratos de vendas e serviços para o mercado não térmico**

A Gasmig, cujo órgão regulador é a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede/MG, celebra contratos de fornecimento de gás com clientes e aplica as tarifas vigentes, conforme estabelecido no Contrato de Concessão. Os clientes são agrupados conforme categoria tarifária, a saber:

- Consumidores Automotivos (GNV-01) - trata-se de tarifa específica para fornecimento de Gás Natural Veicular - GNV a consumidores do segmento automotivo, incluídos revendedores de combustíveis automotivos, consumo em frota própria de veículos automotores (inclusive os veículos automotores fora de estrada) e consumo para transporte público. Adicionalmente, há a categoria de GNV Frotista, composta por clientes que possuem frota cativa de veículos para uso regular, urbano ou rodoviário e/ou fora de estrada, que consomem o Gás Natural exclusivamente para fins automotivos na própria frota, não havendo a incidência de ICMS-ST. Conforme definido na Resolução 53 da Sede/MG de 27 de dezembro de 2023, a margem do GNV será calculada semanalmente e terá vigência até 31 de dezembro de 2024.
- Consumidores Industriais (IND-01) - composto por indústrias com consumos a partir de 25.000 m<sup>3</sup>/mês. Os contratos têm previsão de tarifa de demanda e tarifa de energia, com definição de cláusula de cobrança de demanda mínima em relação ao volume contratado, além da quantidade de gás consumido. O faturamento é quinzenal e apurado em cascata específica, homologada pelo órgão regulador.
- Consumidores Comercial e Industrial (CI-01) - composto por clientes não residenciais de qualquer consumo, ou indústrias que contratem volumes inferiores a 25.000m<sup>3</sup> mensais.
- Consumidores Residenciais - individual (RIND-01) - coletivo (RCOL-01) - composto por clientes residenciais em habitações individuais ou em condomínios.
- Consumidores de Gás Natural Comprimido - GNC (GNC/GNL-01) - composto por comercializadores de GNC para fins industriais na forma de gás natural comprimido, ou gás natural liquefeito, credenciados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.
- Consumidores Cogeração (COG/CLI-01) - composto por clientes com consumo destinado à cogeração, climatização e geração elétrica distribuída.

### **Contrato de Serviço de Distribuição**

Nesta modalidade, o consumidor é o responsável por contratar o suprimento de molécula e o transporte de gás natural, sendo a Gasmig a responsável pela distribuição.

Para o mercado não termelétrico, a Companhia tem os seguintes contratos:

- Gerdau Açominas. O prazo do contrato é de 12 meses com início de fornecimento em 01 de janeiro de 2024.
- Logás. O contrato tem vigência até 09 de agosto de 2025.

Para o mercado termelétrico, a Companhia tem os contratos de fornecimento de serviços celebrados com a Petrobras, como segue:

- Contrato de serviço de distribuição de gás, cujo objeto é distribuir, por meio do gasoduto da Companhia, 590.950 m<sup>3</sup>/dia de gás natural na classe tarifária de geração térmica, de 01 de fevereiro de 2022 a 31 de janeiro de 2027, à Usina Termelétrica de Juiz de Fora.
- Contrato de serviço de distribuição de gás, cujo objeto é distribuir, por meio do gasoduto da Companhia, 1.100.000 m<sup>3</sup>/dia de gás natural na classe tarifária de geração térmica, de 14 de julho de 2022 a 13 de julho de 2027, à Usina Termelétrica Ibiritermo.

Observando as resoluções do ambiente de contratação livre e os termos do contrato de serviço de distribuição, as receitas desse serviço são reconhecidas mensalmente, quando há o serviço de distribuição e mensuradas com base no volume de gás contratado e distribuído. A apuração decorre da capacidade do gasoduto disponibilizada pela Companhia e a capacidade efetivamente usada pelos clientes. É garantida remuneração mínima de 85% da capacidade instalada pela distribuidora.

## **2. Base de Preparação**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 20 de março de 2024, o Conselho de Administração autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os números citados nas tabelas deste documento são em milhares de reais.

## 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas utilizadas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 6 - Contas a receber de clientes (provisão para perda esperada em créditos de liquidação duvidosa e receita não faturada)

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período

- Nota 9.b - Imposto de renda e contribuição social diferidos;

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo.

- Nota 11 - Ativo de concessão - ativo financeiro, intangível e de contrato;

O reconhecimento do ativo financeiro é dependente da confiabilidade de sua estimativa e de representar direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro

- Nota 12 – Arrendamentos;

A Gasmig possui contratos de arrendamento nos quais tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

- Nota 16 - Provisões para riscos;

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais saídas de recursos decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais

- Nota 18 - Planos de benefícios a empregados;

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

- Nota 24 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos.

Definição da categoria de instrumentos financeiros

### 3. Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

##### *Reconhecimento de receita*

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de venda de gás são registradas com base no volume de gás comercializado e nas tarifas especificadas nos termos contratuais. As receitas de fornecimento de gás são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de gás, com base no volume medido e faturado. Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de gás não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. A receita não faturada é estimada tendo como base o volume de gás consumido e não faturado no período. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

As receitas de distribuição são calculadas com base na capacidade do gasoduto disponibilizada pela Companhia, medida em volume contratado, comparada com a capacidade efetivamente utilizada pelos clientes, nos volumes contratados e volumes efetivamente distribuídos, nos termos contratuais e regulação. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as receitas são reconhecidas.

##### *Receitas e custos de construção*

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção.

As receitas e os custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12, são reconhecidos na proporção dos gastos recuperáveis, uma vez que não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação e não há reconhecimento de qualquer lucro.

Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para realização das obras. Para a Gasmig, a construção se apresenta integralmente como um custo de colocação de ativos à disposição para distribuição de gás natural. Desta maneira, a margem da Companhia no registro de suas receitas de construção é zero, sendo estas iguais aos seus custos de construção.

### *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

#### b) Moeda estrangeira - transações com moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

#### c) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram ou foram transferidos para terceiros.

Os ativos financeiros da Companhia por categoria incluem:

- Valor justo por meio do resultado - encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura, títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa que não são classificados como custo amortizado;
- Custo amortizado - encontram-se nesta categoria as contas a receber de clientes, , títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

#### d) Passivos financeiros

A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou extintas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem debêntures e notas promissórias, obrigações de arrendamentos e

fornecedores.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem os saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata com a instituição emitente, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor caso sejam resgatadas em até 90 dias após a data da aplicação, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

f) Títulos e valores mobiliários e outros investimentos

Operações financeiras contratadas em instituições financeiras nacionais a preços e condições de mercado, com carência para resgate acima de 30 dias, sob pena de incidência de IOF, sendo remuneradas por taxas vinculadas ao CDI.

g) Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas, inicialmente, pelo valor do gás fornecido e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Para realizar a análise de recuperabilidade das contas a receber, a Companhia adota uma abordagem simplificada, considerando que os saldos das suas contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos, e a expectativa de perda se dá com base na análise individualizada das parcelas não faturadas, vencidas e a vencer dos clientes, considerando os valores renegociados, bem como a assiduidade e histórico dos pagamentos.

A Companhia realiza, quando necessário, análise de risco de crédito dos clientes, com a coleta de informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, sem custo ou esforço excessivos, que demonstrem que o risco de crédito não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, mesmo se os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, avaliando os títulos individualmente para identificação da perda esperada para os próximos doze meses e períodos subsequentes.

São realizadas cobranças administrativas e judiciais, conforme legislação fiscal aplicável, reconhecendo-se, quando for o caso, impostos diferidos sobre as diferenças temporais advindas de provisões dedutíveis.

h) Capital social e distribuição de lucros

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem prioridades no reembolso do capital e na distribuição de dividendo.

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou Estatuto Social. Diante da legislação aplicável e da previsão no Estatuto da Companhia de um pagamento de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

i) Ativo de concessão - ativo financeiro, intangível e de contrato

Em conformidade ao CPC 47/IFRS 15, as contrapartidas das receitas de construção, equivalentes aos novos ativos, são registradas, inicialmente, como ativos de contrato, mensuradas pelo custo de construção, incluindo os custos

de empréstimos. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos bifurcados entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de gás, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é classificada como ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa, ou outro ativo financeiro, diretamente do poder concedente. Essa parcela é avaliada com base no valor justo da indenização prevista no contrato de concessão.

j) Ativo intangível

Compreende os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e os *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

k) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso tais evidências sejam identificadas e o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos.

m) Contribuição de consumidores

As contribuições recebidas de consumidores destinadas à construção da rede de distribuição de gás estão apresentadas como redutoras do ativo intangível. São classificadas, inicialmente, na conta de Adiantamento de clientes, onde permanecerão até o início do fornecimento do gás. Após o início do fornecimento, os valores são transferidos para rubrica Obrigações especiais - participações financeiras, do grupo não circulante.

As Obrigações especiais - participações financeiras são amortizadas de forma proporcional às amortizações ou baixas dos respectivos ativos intangíveis.

n) Imposto de renda e contribuição social

*Corrente*

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando, então, o tributo é devidamente apurado.

*Diferido*

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são mensurados à alíquota que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia avalia, periodicamente, a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

o) Benefícios a empregados

*Planos de contribuição definida*

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos estejam disponíveis.

As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

### *Planos de benefício definido*

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Este benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios dos planos previdenciários B - Misto e do plano de saúde ProSaúde é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - *Projected Benefit Obligation*), de acordo com o recomendado pelo CPC 33 - Benefícios a Empregados.

### *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob a participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A participação nos lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade com o acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados e registrada na rubrica de despesa com pessoal.

#### p) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está sendo apresentada pela Companhia como informação às suas demonstrações financeiras e foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação dessas demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

#### q) Operações com arrendamento mercantil

A Companhia avalia, na celebração do contrato, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor que são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os contratos que contêm arrendamento estão descritos na nota explicativa nº 12 destas demonstrações financeiras.

Os demais arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. Cada pagamento da locação é classificado entre o passivo e o custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso é depreciado durante a vida útil mais curta do ativo e o prazo do arrendamento pelo método linear.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil são, inicialmente, mensurados com base no valor presente. Os pagamentos da locação são descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada, ou a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia.

### **3.1 Pronunciamentos técnicos novos ou revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023**

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

CPC 23/IAS 08 – vigência 01/01/2023 - De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. A Companhia adotou as alterações à IAS 08/ CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente.

CPC 26/IAS 01 - vigência 01/01/2023 - As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis, julgando a materialidade das mesmas.

CPC 50/IFRS 17 – vigência 01/01/2023 - O CPC 50 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro. A norma tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros. A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50.

Essas alterações não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **3.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alterações ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras são analisadas para planejamento de sua adoção inicial, se aplicáveis.

As principais alterações nas normas emitidas pelo IASB estão descritas a seguir:

- IAS 01/CPC 26 - Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes - A revisão esclarece, dentre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.
- IAS 01/CPC 26 - IAS 07/CPC03 – IFRS 07/CPC40 - As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”). Isso ajuda os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos

acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.

- IAS 28/CPC 18 (R2) – IFRS10/CPC 36 (R3) - Cenários que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou *joint venture* contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou *joint venture*. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou *joint venture* contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou *joint venture*.
- IFRS 16/CPC 06 – Passivo de arrendamentos em uma transação de "Sale and Leaseback" - Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *Leaseback*, que satisfazem as exigências do CPC 47 (IFRS 15), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início.

Para as alterações em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

#### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	10	8
Contas correntes	1.772	1.933
Aplicações financeiras		
Operações compromissadas	338.463	512.086
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>340.245</u>	<u>514.027</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em fundos fixos das unidades, contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa.

As aplicações financeiras em operações compromissadas são lastreadas em CDBs, remuneradas por taxas variáveis, em média, 105,16% do CDI, em 31 de dezembro de 2023 (104,22% do CDI, em 31 de dezembro de 2022), tendo como emissores bancos de primeira linha.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 24.

## 5. Títulos e Valores Mobiliários

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
CDB	148.914	127.051
	<u>148.914</u>	<u>127.051</u>
Circulante	139.787	-
Não circulante	9.127	127.051

Os títulos e valores mobiliários estão distribuídos como Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados por taxas de IPCA + 6,80% a.a. com vencimento em agosto de 2024, (circulante) e pela taxa 111% do CDI, com vencimento em novembro/2026 (não circulante).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 24.

## 6. Contas a Receber de Clientes

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Grandes volumes	172.463	223.206
Automotivo (gás veicular)	16.032	10.115
Gás Natural Comprimido (GNC)	2.275	7.494
Residencial	10.958	12.946
Usinas termelétricas	125.121	45.552
Cogeração	8.036	4.323
Comercial e Industrial de menor consumo	11.054	11.105
Provisão para perdas esperadas de créditos	(8.207)	(8.050)
<b>Total líquido de contas a receber</b>	<b><u>337.732</u></b>	<b><u>306.691</u></b>

As contas a receber por prazo de vencimento estão demonstradas como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	172.592	217.181
Vencidos:		
Até 30 dias	13.522	13.880
De 31 a 60 dias	9.505	31.291
De 61 a 90 dias	6.869	4.133
De 91 a 180 dias	20.311	1.937
Acima de 180 dias	100.878	17.409
Perda esperada de crédito	(8.207)	(8.050)
<b>Subtotal</b>	<b><u>315.470</u></b>	<b><u>277.781</u></b>
Receita não faturada	22.262	28.910
<b>Total líquido de contas a receber</b>	<b><u>337.732</u></b>	<b><u>306.691</u></b>

A Companhia tem o controle individualizado das parcelas vencidas e a vencer dos clientes e revisa, trimestralmente, a expectativa de perdas, considerando os valores renegociados, a assiduidade e histórico dos pagamentos.

As perdas de crédito esperadas - PCE estão segregadas conforme abaixo:

<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
-------------------	-------------------

Grandes volumes	4.371	4.748
Automotivo (gás veicular)	1.538	1.348
Gás Natural Comprimido (GNC)	284	284
Comercial e Industrial de menor consumo	1.721	1.485
Residencial	289	185
Térmico	4	-
<b>Total PCE</b>	<b>8.207</b>	<b>8.050</b>

O valor de perdas de crédito esperada foi constituído em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas futuras esperadas na realização dos créditos.

Em relação ao aumento dos valores dos títulos vencidos acima de 91 dias, a Companhia realizou cobranças administrativa e judicial das notas fiscais emitidas para os dois clientes com tais valores em aberto. Até a aprovação da emissão dessas Demonstrações Financeiras a Companhia verificou, em relatórios públicos, que não houve alteração no risco de crédito destes clientes no período. Por se tratar de clientes livres, essas dívidas não comprometem a carteira global da Companhia e não aumentam o risco de perda esperada no recebimento dos demais créditos.

As contas a receber estão registradas pelo custo amortizado. A exposição da Companhia a riscos de crédito e perdas por redução do valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes é divulgada na Nota Explicativa nº 24.

A movimentação do saldo da provisão para perdas esperadas de crédito é como segue:

<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>7.991</b>
Adições	535
Reversões/ Baixas	(476)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>8.050</b>
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>8.050</b>
Adições	668
Reversões/ Baixas	(511)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>8.207</b>

## 7. Tributos a Recuperar

A Companhia possui créditos de tributos a recuperar provenientes da aquisição de gás natural, de materiais e de demais itens utilizados para composição de sua rede de distribuição de gás natural.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
ICMS - rede de distribuição	20.174	1.430
ICMS - compra de gás e outros	24.621	14.785
<b>Total</b>	<b>44.795</b>	<b>16.215</b>
Circulante	20.174	14.785
Não Circulante	24.621	1.430

## 8. Créditos de PIS e COFINS sobre ICMS e Valores a Restituir aos Consumidores

Em agosto de 2008, a Companhia ajuizou Ação Ordinária requerendo a declaração da inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS nas bases de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como o reconhecimento do direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 10 anos, a contar do ajuizamento da ação, com correção pela taxa Selic. A Companhia obteve também liminar e passou a realizar depósitos judiciais relativos à inclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS.

Em 22 de outubro de 2019, por meio da correspondência nº CT-136/19, a Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado - Abegás informou à Gasmig acerca do trânsito em julgado da ação nº 0045161-91.2016.4.01.3400, que teve por objeto a declaração do direito das distribuidoras associadas de excluir o ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. A partir de fevereiro de 2020, a Gasmig aproveitou os efeitos da sentença da Abegás e deixou de incluir o ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS, deixando ainda de realizar os depósitos referentes à controvérsia.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento dos embargos de declaração opostos no RE nº 574.706, sedimentando o entendimento de que o ICMS destacado na nota fiscal é que deve ser excluído das bases de cálculo do PIS e da COFINS, atribuindo, portanto, certeza ao evento. Tendo em vista o reconhecimento, pela Fazenda Nacional, de que o ICMS a ser excluído é o destacado na nota fiscal, a Gasmig reconheceu os créditos tributários para promover a habilitação do indébito e o levantamento dos depósitos judiciais.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores, compreendendo o período dos últimos 10 anos, ou seja, de janeiro de 2014 a janeiro de 2020 (mês em que a Companhia passou a excluir o ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS). Os critérios para a restituição dos créditos de PIS e COFINS aos consumidores ainda estão sendo objeto de discussões junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento de Minas Gerais (Sede/MG). Em 31 de dezembro de 2023, o valor a ser restituído a consumidores que ajuizarem ações conforme orientação da decisão do Superior Tribunal Federal monta R\$163.116.

Em 1º de agosto de 2022, ocorreu o trânsito em julgado da ação individual movida pela Gasmig. A partir do trânsito em julgado, a Companhia iniciou os procedimentos de levantamento dos depósitos judiciais e habilitação do crédito tributário junto à Receita Federal.

Em fevereiro de 2023, a Receita Federal deferiu os pedidos de habilitação referentes aos créditos de PIS e, em março de 2023, a Gasmig os utilizou para compensar tributos federais vincendos. Já em abril de 2023, a Receita Federal deferiu os pedidos de habilitação referentes aos créditos de COFINS. A Companhia finalizou a utilização de tais créditos na compensação de tributos federais.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos aos créditos de PIS e Cofins sobre ICMS utilizados até 31 de dezembro de 2023:

31/12/2022	Atualizações	Compensações	31/12/2023
245.421	1.602	(247.023)	-

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos em 31 de dezembro de 2023:

31/12/2022	Atualizações	Reversões	31/12/2023
175.874	1.809	(14.567)	163.116

## 9. Imposto de Renda e Contribuição Social

### a) Imposto de renda e contribuição social correntes

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>A recolher</b>		
Imposto de renda	(16.854)	(144.994)
Contribuição social	(6.233)	(53.764)
	<u>(23.087)</u>	<u>(198.758)</u>
<b>A recuperar</b>		
Antecipações de imposto de renda	-	85.687
Antecipações de contribuição social	-	52.445
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	13.172	18.932
	<u>13.172</u>	<u>157.064</u>
<b>Total de imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<u><b>(9.915)</b></u>	<u><b>(41.694)</b></u>

### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos de forma líquida.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2023.

<b>Diferenças temporárias</b>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Devolução crédito tributário judicial ICMS na base do PIS e COFINS	36.317	62.640
Provisão para contingências judiciais, trabalhistas e ambientais	2.545	2.157
Provisão para perda de ativos	1.406	1.406
Provisão atuarial	984	1.832
Outros resultados abrangentes	4	4
Outras diferenças temporárias	77	77
Adições temporárias	<u>41.333</u>	<u>68.116</u>
Atualização do ativo financeiro da concessão	(6.597)	(6.090)
Ação relacionada à exclusão do ICMS na base do PIS e COFINS:		
Atualização dos depósitos judiciais (nota 16)	(9.644)	(7.950)
Atualização crédito tributário judicial (nota 8)	-	(79.807)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.292)	-
Atualização do ativo financeiro (1)	<u>(32.209)</u>	<u>(34.725)</u>
Exclusões temporárias	<u>(62.742)</u>	<u>(128.572)</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos</b>	<u><b>(21.409)</b></u>	<u><b>(60.456)</b></u>

- (1) Refere-se à atualização do ativo financeiro, não tributado quando incorrido, que será tributado simultaneamente à realização do ativo financeiro, este por sua vez ora transferido para o ativo intangível mediante a renovação da concessão. A Amortização ocorre conforme o prazo de concessão.

A movimentação dos impostos diferidos é:

	Imposto de renda diferido		Contribuição social diferida	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.086</b>	<b>(48.480)</b>	<b>1.390</b>	<b>(17.452)</b>
Provisão Atuarial	(625)		(224)	
Provisão para contingências judiciais	286		103	
Devolução crédito tributário judicial	26.705		9.612	
Reversão Ativo Financeiro da Concessão (quando da renovação do contrato de concessão)		1.850		666
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão		(373)		(134)
Atualização depósitos judiciais		(1.246)		(448)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(10.509)		(3.783)
Atualização crédito tributário judicial (Nota 8)		12.623		4.544
<b>31 de dezembro de 2023</b>	<b>30.452</b>	<b>(46.135)</b>	<b>10.881</b>	<b>(16.607)</b>

  

	Imposto de renda diferido		Contribuição social diferida	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>4.425</b>	<b>(45.529)</b>	<b>1.510</b>	<b>(16.391)</b>
Provisão Atuarial	240	-	87	-
Provisão para contingências judiciais	(208)	-	(74)	-
Arrendamentos	12	342	5	124
Outros resultados abrangentes	(383)	-	(138)	-
Reversão Ativo Financeiro da Concessão (quando da renovação do contrato de concessão)	-	1.850	-	666
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	-	(465)	-	(167)
Atualização depósitos judiciais	-	(1.186)	-	(427)
Atualização crédito tributário judicial (nota 8)	-	(3.492)	-	(1.257)
<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.086</b>	<b>(48.480)</b>	<b>1.390</b>	<b>(17.452)</b>

c) Reconciliação das despesas do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração do resultado é como segue:

	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	851.240	683.939
Juros sobre capital próprio	(69.149)	(65.187)
<b>Subtotal</b>	782.091	618.752
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(265.911)	(210.376)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Incentivos fiscais	3.158	4.768
Contribuições e doações indedutíveis e outras diferenças permanentes	(6.468)	(592)
Outros	14.068	-
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	(255.153)	(206.200)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(294.010)	(202.250)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	38.857	(3.950)
<b>Alíquota efetiva do imposto</b>	<b>33%</b>	<b>33%</b>

## 10. Transações com Partes Relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações relativas a operações com partes relacionadas que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

As principais condições relativas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Ativo</b>		
Arrendamento – Direito de uso (6)	3.018	3.653
<b>Total de ativos</b>	<b><u>3.018</u></b>	<b><u>3.653</u></b>
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Passivo</b>		
Salários, provisões, encargos e contribuições sociais (1)	295	104
Previdência privada - FORLUZ (2)	2.905	3.344
Plano de saúde - CEMIG SAÚDE (3)	337	482
Serviços - Axxiom (4)	0	87
Serviços - Sonda (7)	0	585
Aluguel e Condomínio a pagar - CEMIG (6)	469	469
Arrendamento – Obrigações (6)	3.579	3.731
Benefícios Pós- Emprego (5)	2.880	5.379
<b>Total de passivos</b>	<b><u>10.465</u></b>	<b><u>14.181</u></b>
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Resultado</b>		
<b>Despesas</b>		
Despesas com pessoal (1)	630	4
Despesas com previdência privada (2)	4.458	6.123
Despesas com serviços e plano de saúde (3)	2.574	2.222
Despesas com serviços - Axxiom (4)	0	140
Despesas com serviços - Sonda (7)	0	664
Despesa com Aluguel – FORLUZ (6)	(370)	(292)
Despesas com Aluguel e Condomínio – CEMIG (6)	595	488
Provisão Atuarial (5)	1.088	961
<b>Total de despesas</b>	<b><u>8.975</u></b>	<b><u>10.310</u></b>

- (1) O saldo refere-se a provisões e valores líquidos a pagar à CEMIG, relativos aos empregados cedidos à Gasmig.
- (2) A Gasmig é uma das patrocinadoras do Plano “B”, plano misto de previdência privada administrado pela Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, e realiza contribuições mensais referentes aos seus empregados participantes do plano em conformidade com o seu regulamento.
- (3) A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano ProSaúde Integrado - PSI, plano de saúde administrado pela CEMIG SAÚDE, e realiza contribuições mensais referentes aos seus empregados participantes do plano em conformidade com o seu regulamento. A Companhia possui contrato de prestação de serviços com a CEMIG SAÚDE para elaboração do PCMSO de seus empregados.
- (4) Valores relativos a serviços prestados pela coligada Axxiom Soluções Tecnológicas SA para manutenção do sistema de geoprocessamento. A Cemig vendeu sua participação na Axxiom em dezembro de 2022.
- (5) Provisões atuariais para honrar compromissos futuros que a Companhia possui por ser patrocinadora dos planos ProSaúde Integrado - PSI e Plano Odontológico - POD.
- (6) Valores relativos ao contrato de aluguel do imóvel da Avenida Barbacena, 1.200, 7º andar, pertencente à FORLUZ e arrendado pela sua controladora CEMIG. As condições contratuais para utilização do referido imóvel foram assinadas em 01 de junho de 2021, com prazo de vigência de 60 meses e cláusula contratual de reajuste anual conforme índice IPCA. Maiores detalhes, vide nota 12.

- (7) Valores relativos a serviços prestados pela coligada Sonda Procwork Informática Ltda de serviços técnicos especializados na plataforma SAP. Ao vender sua participação na Ativas Data Center, a CEMIG deixou ser Parte Relacionada com a Sonda.
- (8) A Companhia fechou acordo de parceria comercial com CEMIG SOLUÇÕES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A para compensação de energia.

### Remuneração aos Administradores

A Gasmig remunera diretamente os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Os valores referentes a essa remuneração estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Honorários	454	406	394	345
INSS	91	81	79	69
<b>Total</b>	<b>545</b>	<b>487</b>	<b>473</b>	<b>414</b>

Adicionalmente, a Diretoria Executiva da Gasmig recebeu, a título de remunerações, o montante de R\$3.583 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$3.565 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

### 11. Ativo de Concessão - Ativo Financeiro, Intangível e de Contrato

O Contrato de Concessão dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado celebrado entre o Estado de Minas Gerais e a Gasmig, em 27 de julho de 1995, regulamenta a exploração industrial, comercial, institucional e residencial dos serviços de gás canalizado pela Companhia, no qual:

- (i) estabelece quais serviços o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
- (ii) estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores. Para cumprir essas obrigações, o concessionário realiza constantemente investimentos na rede de distribuição;
- (iii) ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura serão revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização;
- (iv) o preço é regulado por meio de mecanismos de tarifa estabelecidos em contrato e homologados pelo poder concedente;
- (v) todos os bens, equipamentos, canalizações e medidores utilizados na distribuição do gás, assim como quaisquer outros bens móveis e imóveis adquiridos, por qualquer forma, inclusive veículos e máquinas, utensílios, mobiliários e linhas telefônicas, entre os quais os realizados com a contribuição de poderes públicos, entes privados ou de qualquer usuário pertencerão única e exclusivamente à Gasmig.

Com base nas características estabelecidas no contrato de distribuição de gás natural canalizado, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 / IFRIC 12 - Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de gás natural, abrangendo:

- (a) parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, cujo valor justo equivale ao seu custo de construção atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme determina o contrato de concessão; e
- (b) parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de gás natural pelos consumidores.

A infraestrutura construída pela concessionária é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) parte por meio do consumo de gás natural pelos clientes (faturamento mensal de gás natural circulado/vendido); e
- (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar esta tarefa.

Os novos ativos, registrados inicialmente como ativos de contrato conforme previsto pelo CPC 47 / IFRS 15, são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados.

Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis dentro do prazo de Contrato de Concessão são transferidos para o ativo intangível. A Companhia realiza análise dos prazos de vida útil e, identificado prazo superior à vigência contratual, ocorre a classificação dos valores não amortizáveis dentro do Contrato na conta de ativo financeiro a receber do poder concedente ou alguém por ele determinado. Em 2023 foram identificados ativos da classe de tubos que se enquadram na regra acima, mas como o valor apurado não é representativo ante o total dos ativos da classe, os itens não aparecerão nas demonstrações deste período.

A composição do ativo de concessão da Companhia é a seguinte:

a) Ativo financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Ativo financeiro</b>		
Servidões permanentes	18.400	17.568
Terrenos	20.159	19.377
<b>Total do ativo financeiro da concessão</b>	<b><u>38.559</u></b>	<b><u>36.945</u></b>

b) Ativo de contrato

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Ativos de contrato</b>		
Construção e expansão de ramais	127.009	97.540
Material em depósito	211.039	19.648
<b>Total do ativo de contrato de concessão</b>	<b><u>338.048</u></b>	<b><u>117.188</u></b>

O saldo de construção e expansão de ramais, bem como de material em depósito, corresponde, substancialmente, às aquisições de tubos, materiais diversos e obras relacionadas a projetos de expansão ainda em andamento.

c) Ativo Intangível

	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
<b>Ativo intangível</b>						
Ativos em operação	2.533.002	(828.144)	1.704.858	2.484.432	(739.836)	1.744.596
(-) Obrigações especiais	(61.402)	52.643	(8.759)	(61.063)	49.137	(11.926)
<b>Ativo intangível de concessão em serviço</b>	<b>2.471.600</b>	<b>(775.501)</b>	<b>1.696.099</b>	<b>2.423.369</b>	<b>(690.699)</b>	<b>1.732.670</b>

As movimentações do ativo de concessão (financeiro, intangível e de contrato da Companhia aconteceram conforme o quadro a seguir:

Descrição	Vida útil (anos)	Saldo 31/12/2022	Adições	Atualização do ativo financeiro	Baixas	Transferências	Saldo 31/12/2023
<b>Custo</b>							
Bônus de outorga	33	891.167	-	-	-	-	891.167
Servidões permanentes		17.568	122	710	-	-	18.400
Softwares	5	49.219	-	-	-	7.560	56.779
Terrenos		19.377	-	782	-	-	20.159
Edificações - obras civis e benfeitorias	25	19.001	-	-	-	701	19.702
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10	4.149	-	-	-	-	4.149
Máquinas e equipamentos	5 a 20	134.299	-	-	(725)	5.319	138.893
Tubulações	30	1.379.118	-	-	-	34.663	1.413.781
Móveis	10	1.945	-	-	(1)	10	1.954
Equipamentos processamento de dados	5	4.946	-	-	(3)	1.046	5.989
Veículos	5	588	-	-	-	-	588
Ativo de contrato (obras em andamento)*		117.188	270.159	-	-	(49.299)	338.048
<b>Total do custo</b>		<b>2.638.565</b>	<b>270.281</b>	<b>1.492</b>	<b>(729)</b>	<b>-</b>	<b>2.909.609</b>
<b>Amortização acumulada</b>							
Bônus de outorga		(87.083)	(26.734)	-	-	-	(113.817)
Softwares		(37.832)	(4.793)	-	-	-	(42.625)
Edificações - obras civis e benfeitorias		(6.667)	(818)	-	-	-	(7.485)
Benfeitorias em propriedades arrendadas		(2.298)	(313)	-	-	-	(2.611)
Máquinas e equipamentos		(85.481)	(6.740)	-	347	-	(91.874)
Tubulações		(514.620)	(48.614)	-	-	-	(563.234)
Móveis		(1.419)	(104)	-	1	-	(1.522)
Equipamento processamento de dados		(3.861)	(536)	-	3	-	(4.394)
Veículos		(575)	(7)	-	-	-	(582)
<b>Total da amortização acumulada</b>		<b>(739.836)</b>	<b>(88.659)</b>	<b>-</b>	<b>351</b>	<b>-</b>	<b>(828.144)</b>
<b>Subtotal</b>		<b>1.898.729</b>	<b>181.622</b>	<b>1.492</b>	<b>(378)</b>	<b>-</b>	<b>2.081.465</b>
Obrigações especiais		(61.063)	(339)	-	-	-	(61.402)
(-) Obrigações especiais		49.137	3.506	-	-	-	52.643
<b>Total do ativo de concessão líquido</b>		<b>1.886.803</b>	<b>184.789</b>	<b>1.492</b>	<b>(378)</b>	<b>-</b>	<b>2.072.706</b>

Descrição	Vida útil (anos)	Saldo 31/12/2021	Adições	Atualização do ativo financeiro	Baixas	Transferências	Saldo 31/12/2022
<b>Custo</b>							
Bônus de outorga	33	891.167	-	-	-	-	891.167
Servidões permanentes		16.010	323	857	-	378	17.568
Softwares	5	42.310	-	-	-	6.909	49.219
Terrenos		18.376	-	1.001	-	-	19.377
Edificações - obras civis e benfeitorias	25	18.305	-	-	-	696	19.001
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10	4.149	-	-	-	-	4.149
Máquinas e equipamentos	5 a 20	129.692	-	-	(1.025)	5.632	134.299
Tubulações	30	1.357.637	-	-	(708)	22.189	1.379.118
Móveis	10	1.887	-	-	(2)	60	1.945
Equipamentos processamento de dados	5	4.784	-	-	(86)	248	4.946
Veículos	5	681	-	-	(93)	-	588
Ativo de contrato (obras em andamento)		95.137	61.398	-	(3.235)	(36.112)	117.188

<b>Total do custo</b>	<b>2.580.135</b>	<b>61.721</b>	<b>1.858</b>	<b>(5.149)</b>	<b>-</b>	<b>2.638.565</b>
<b>Amortização acumulada</b>						
Bônus de outorga	(60.348)	(26.735)	-	-	-	87.083)
Softwares	(33.369)	4.463)	-	-	-	(37.832)
Edificações - obras civis e benfeitorias	(5.883)	(784)	-	-	-	(6.667)
Benfeitorias em propriedades arrendadas	(1.985)	(313)	-	-	-	(2.298)
Máquinas e equipamentos	(79.594)	6.512)	-	625	-	(85.481)
Tubulações	(467.294)	47.610)	-	284	-	(514.620)
Móveis	(1.306)	(115)	-	2	-	(1.419)
Equipamento processamento de dados	(3.557)	(389)	-	85	-	(3.861)
Veículos	(626)	(42)	-	93	-	(575)
<b>Total da amortização acumulada</b>	<b>(653.962)</b>	<b>86.963)</b>	<b>-</b>	<b>1.089</b>	<b>-</b>	<b>(739.836)</b>
<b>Subtotal</b>	<b>1.926.173</b>	<b>(25.242)</b>	<b>1.858</b>	<b>(4.060)</b>	<b>-</b>	<b>1.898.729</b>
Obrigações especiais	(60.440)	(623)	-	-	-	(61.063)
(-) Obrigações especiais	45.180	3.957)	-	-	-	49.137)
<b>Total do ativo de concessão líquido</b>	<b>1.910.913</b>	<b>(21.908)</b>	<b>1.858</b>	<b>(4.060)</b>	<b>-</b>	<b>1.886.803</b>

\*Adições líquidas dos créditos tributários de R\$39.023

Servidões permanentes e terrenos não possuem vida útil definida, já o bônus pela outorga e demais ativos da concessão são amortizáveis pelo método linear, considerando o padrão de consumo destes direitos.

Do total das adições do ano 2023, vale destacar o Projeto “Centro-Oeste”, com previsão de construção de 300 km adicionais de gasodutos, levando gás aos municípios de Betim, Sarzedo, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Juatuba, Mateus Leme, Itaúna e Divinópolis, e volume distribuído previsto de aproximadamente 238 mil m3/dia, cujos valores investidos em 2023 contemplam o processo de licenciamento ambiental, concluído em 2023, além do recebimento dos materiais necessários para a construção tais como tubulações, válvulas e conexões, sendo que até o momento já foram gastos aproximadamente R\$ 235 mil. O término de projeto é previsto para o 2º semestre de 2026.

## 12. Arrendamento

### a) Direito de uso

A composição do saldo por classe de ativo identificado e a movimentação do ativo de direito de uso encontra-se apresentada a seguir:

	<b>Imóveis</b>	<b>Veículos</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.144</b>	<b>6.444</b>	<b>10.588</b>
Adição	3.523	5.647	9.170
Amortização	(1.046)	(1.630)	(2.676)
Baixa	(3.196)	(4.969)	(8.165)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3.425</b>	<b>5.492</b>	<b>8.917</b>

### b) Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

<b>Imóveis</b>	<b>Veículos</b>	<b>Total</b>
----------------	-----------------	--------------

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.163</b>	<b>6.474</b>	<b>10.637</b>
Adição	3.523	5.647	9.170
Juros incorridos	420	654	1.074
Pagamentos efetuados	(1.298)	(2.025)	(3.323)
Baixa	(3.365)	(5.232)	(8.597)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3.443</b>	<b>5.518</b>	<b>8.961</b>
Passivo circulante			2.430
Passivo não circulante			6.531

O direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, é apresentado na tabela a seguir:

	<u>Nominal</u>	<u>Valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	10.870	8.961
PIS e COFINS potencial	1.005	829

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados anualmente pelo IGP-M. A análise de maturidade de seus contratos é apresentada a seguir:

2024	3.525
2025	3.525
2026	3.526
Valores não descontados	10.576
Juros embutidos	(1.615)
<b>Total</b>	<b>8.961</b>

### 13. Debêntures

Esta Nota Explicativa fornece informações sobre os contratos de debêntures, que são mensurados pelo custo amortizado.

Para mais informações sobre a exposição da Companhia sobre risco de taxa de juros, ver Nota Explicativa nº 24.

Agente financeiro	Encargos anuais	31/12/2023		31/12/2022	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures Públicas (Instrução CVM nº 476/09) – 7ª emissão	1,50% + CDI = 15,15%	-	-	20.023	-
Debêntures Públicas (Instrução CVM nº 476/09) – 8ª emissão	5,27% + IPCA = 9,89%	134.236	958.465	20.225	1.023.716
	(-) Custos de transação	(2.253)	(15.024)	(2.253)	(17.278)
		<b>131.983</b>	<b>943.441</b>	<b>37.995</b>	<b>1.006.438</b>

As quantias registradas no passivo circulante englobam o principal da dívida atualizado, vincendo nos doze meses seguintes, e juros provisionados e ainda não pagos no período.

Saldo da dívida em 31/12/2022	Custos de transação	Encargos financeiros provisionados	Encargos financeiros pagos	Amortização	Saldo da dívida em 31/12/2023
1.044.433	2.253	104.808	(56.070)	(20.000)	1.075.424

Saldo da dívida em 31/12/2021	Custos de transação	Encargos financeiros provisionados	Encargos financeiros pagos	Amortização	Saldo da dívida em 31/12/2022
1.034.912	2.253	115.002	(58.231)	(49.503)	1.044.433

A Oitava Emissão de Debêntures Públicas (CVM 476/09), com a captação de R\$850.000 à taxa de 5,27% + IPCA com vencimento em setembro de 2031, tem pagamento de juros semestrais e as amortizações serão anuais a partir de 2024. Em agosto de 2023, a Companhia quitou a 7ª emissão de debêntures.

A seguir, é apresentado o cronograma anual de amortizações dos valores principais captados (ver na Nota Explicativa nº 24, o cronograma de pagamento de principal e juros a incorrer):

	2024	2025	2026	2027	2028-2031	Total
Amortizações do principal	134.236	119.808	126.114	132.420	580.123	1.092.701
Amortização dos custos da transação	(2.253)	(2.254)	(2.254)	(2.254)	(8.262)	(17.277)
<b>Amortização líquida</b>	<b>131.983</b>	<b>117.554</b>	<b>123.860</b>	<b>130.166</b>	<b>571.861</b>	<b>1.075.424</b>

### Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants*

A “Escritura da 8ª Emissão de Debêntures Públicas da Gasmig” estabelece a obrigatoriedade do cumprimento de dois indicadores anuais, a saber:

a) EBITDA/Serviço da Dívida, onde EBITDA é o resultado operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização e resultados extraordinários (receitas ou despesas extraordinárias, não operacionais) e o Serviço da Dívida são os juros e despesas financeiras deduzidos das receitas financeiras. É exigido um resultado igual ou maior que 1,3; e

b) Dívida Líquida/EBITDA, onde Dívida Líquida são os empréstimos, financiamentos, emissões de títulos e debêntures, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas pela Emissora, deduzidos do caixa e equivalentes. É exigido um resultado menor ou igual a 3.

Todas as cláusulas financeiras restritivas, as quais são apuradas apenas ao final de cada exercício, foram atendidas no último período de medição, de acordo com o contrato.

### Encargos Financeiros Capitalizados

A Gasmig incorporou ao custo de construção da infraestrutura de concessão os encargos das debêntures vinculados a obras em andamento, conforme abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Encargos de debêntures	104.807	115.002
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - intangível e ativo de contrato	(7.358)	(5.426)
<b>Efeito líquido no resultado</b>	<b>97.449</b>	<b>109.576</b>

Os valores dos encargos incorporados à infraestrutura da concessão não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

#### 14. Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores de gás	204.370	277.750
Fornecedores de serviços e materiais	38.299	10.899
	<b><u>242.669</u></b>	<b><u>288.649</u></b>

O maior valor alocado em fornecedores de serviços e materiais está relacionado ao Projeto do Centro-Oeste.

#### 15. Tributos a Recolher

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS e COFINS	7.890	7.551
INSS retenções de pessoas jurídicas	884	406
Outros	1.557	935
	<b><u>10.331</u></b>	<b><u>8.892</u></b>

#### 16. Provisões para Riscos

##### a) Composição das provisões para riscos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhistas e ambiental	7.487	6.342
Tributárias	1.718	3.875
	<b><u>9.205</u></b>	<b><u>10.217</u></b>

A movimentação das provisões encontra-se apresentada a seguir:

	<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Estornos e/ou reversões</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Saldos em 31/12/2023</b>
Trabalhistas e ambiental	6.342	12.950	(10.108)	(1.697)	7.487
Tributárias	3.875	-	(2.157)	-	1.718
	<b><u>10.217</u></b>	<b><u>12.950</u></b>	<b><u>(12.265)</u></b>	<b><u>(1.697)</u></b>	<b><u>9.205</u></b>

  

	<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>Adições</b>	<b>Estornos e/ou reversões</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Saldos em 31/12/2022</b>
Trabalhistas e ambiental	7.171	3.448	(2.270)	(2.007)	6.342
Tributárias	2.831	1.044	-	-	3.875
	<b><u>10.002</u></b>	<b><u>4.492</u></b>	<b><u>(2.270)</u></b>	<b><u>(2.007)</u></b>	<b><u>10.217</u></b>

### *Ações com risco possível*

Existem outros processos avaliados pela administração, consideradas por seus assessores jurídicos como sendo de risco possível com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída. O valor total das ações com risco de perda possível monta R\$235.780 em 31 de dezembro de 2023 (R\$216.266 em dezembro de 2022), com as seguintes naturezas jurídicas:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Administrativas	-	4
Tributárias	231.831	190.271
Cíveis	3.023	3.720
Trabalhistas	926	22.271
	<u><b>235.780</b></u>	<u><b>216.266</b></u>

### *Auto de infração - Contribuições Previdenciárias sobre participação nos lucros e resultados*

Em 28 de outubro de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a Companhia no montante de R\$ 5.143, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados dos anos de 2015 a 2017, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores.

A Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos e por entender ter argumentos de mérito e conjunto probatório para sua defesa, avaliou a probabilidade de perda como possível e não constituiu provisão relacionada ao assunto, cuja contingência, atualizada pela Selic até 31 de dezembro de 2023, monta R\$6.697.

### *Auto de infração- Base de cálculo quanto ao Imposto sobre circulação de mercadoria vendida*

Entre dezembro de 2019 e dezembro de 2021, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais lavrou seis autos de infração contra a Companhia no valor total de R\$357.435, relativamente à redução da base de cálculo do ICMS na venda de gás natural aos seus consumidores no período de 01 de dezembro de 2014 a 30 de setembro de 2021, alegando entendimento divergente entre a fórmula de cálculo utilizada pela Companhia e o entendimento do fisco. Os autos são compostos de R\$124.478 de principal, R\$200.546 de multas e R\$32.411 de juros.

Considerando que o Estado de Minas Gerais, ao longo de mais de 25 anos, não se insurgiu contra a metodologia de cálculo da Companhia, os administradores, em conjunto com os assessores legais, entendem que é possível a defesa da aplicação do artigo 100, III do Código Tributário Nacional, que afasta a cobrança de penalidades e juros, sendo remota a contingência de perda vinculada a estes valores. Em relação à discussão sobre a diferença do valor de ICMS apurado pela Gasmig e a nova interpretação do fisco estadual, a probabilidade de perda foi considerada possível, sendo que, em 31 de dezembro de 2023, o valor estimado da contingência para o período de prescrição de cinco anos é de R\$222.713 (R\$182.058 em 31 de dezembro de 2022). Em julho de 2021, a Gasmig impetrou ação anulatória de débito fiscal contra o Estado de Minas Gerais. Os autos de infração ficam suspensos até julgamento do mérito da ação.

b) Depósitos judiciais por natureza:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
ICMS na base do PIS e da COFINS	72.204	66.978
Outros	4.374	3.551
	<u><b>76.578</b></u>	<u><b>70.529</b></u>

*ICMS na base do PIS e da COFINS*

Os depósitos judiciais se referem à exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS realizados até fevereiro de 2020 e continuam registrados no ativo não circulante, no montante de R\$72.204 em 31 de dezembro de 2023 (R\$66.978 em 31 de dezembro de 2022), conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa nº 8. A solicitação para disponibilização do saldo remanescente dos depósitos judiciais foi realizada pela Companhia.

## 17. Direitos de Retirada e Obrigações de Entrega de Gás

Os saldos, no ativo, são os direitos de retirada futura de gás pela Companhia.

<b>Direitos de retirada</b>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Não térmico – circulante	12.947	6.730
	<u><b>12.947</b></u>	<u><b>6.730</b></u>

A Companhia apresenta os valores relativos aos seus direitos de retirada futura de gás não térmico até 31 de dezembro de 2023.

No passivo, a Companhia apresenta os valores referentes às suas obrigações de entrega futura de gás.

Alguns contratos com clientes possuem cláusula de retirada mínima mensal e anual. Caso o volume consumido no mês seja inferior ao previsto contratualmente, o cliente realiza pagamento do valor correspondente ao volume restante e, em contrapartida, a Gasmig reconhece o compromisso de entrega futura de gás em conta específica, conforme quadro abaixo:

<b>Obrigações de entrega</b>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Não térmico – circulante	27.478	8.904
	<u><b>27.478</b></u>	<u><b>8.904</b></u>
Não térmico – não circulante	63.649	79.515
	<u><b>63.649</b></u>	<u><b>79.515</b></u>

## 18. Planos de Benefícios a Empregados

As obrigações relativas aos planos de benefícios aos empregados abrangem planos de previdência privada, de saúde e odontológico.

Previdência complementar - Forluz

A Gasmig é copatrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, criada com o objetivo de propiciar aos seus participantes e respectivos dependentes uma renda de suplementação de aposentadoria e pensão.

O plano previdenciário, copatrocinado pela Companhia, denominado “Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B”, oferece benefícios como: (i) Melhoria de Aposentadoria por Tempo de Serviço, Especial ou por Idade - MAT; (ii) Melhoria de Aposentadoria por Invalidez - MAI; (iii) Abono Anual - AA; (iv) Renda Continuada por Morte - RCM; e (v) Auxílio Reclusão - AR.

A contribuição das patrocinadoras para este Plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente à cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas por meio do cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do Plano com característica de contribuição definida, destinam-se às contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesas com Pessoal.

#### Assistência Médica - Cemig Saúde

Em 2010, foi criada a empresa Cemig Saúde, uma entidade de autogestão para operar o Prosaúde Integrado da Cemig (PSI) e de algumas empresas do Grupo Cemig. Este plano de saúde, com cobertura médica e odontológica, é mantido por contribuições dos participantes ativos, aposentados e de suas patrocinadoras, como um benefício da política de Recursos Humanos da Cemig.

A Companhia é copatrocinadora dos planos de saúde e odontológico dos seus empregados. Os valores das contribuições aos planos previdenciários, de saúde e odontológico são determinados anualmente pelos montantes considerados suficientes à cobertura das respectivas despesas previstas em cada exercício, conforme avaliação realizada por atuário independente contratado para esta finalidade. Os três planos são de adesão facultativa para o empregado e as contribuições das patrocinadoras ocorrem de forma paritária a dos participantes.

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Plano Odontológico de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 R1/IAS 19 (Benefícios a Empregados) e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2023.

A estimativa para a despesa a ser reconhecida no exercício de 2024 é como segue:

	<b>Plano Previdenciário</b>	<b>Plano de Saúde</b>	<b>Plano Odontológico</b>
Custo do serviço corrente	193	163	7
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	175	261	9
Rendimento esperado dos ativos do plano	(176)	-	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	1	-	-
<b>Despesa (receita) a reconhecer até o fim do exercício seguinte</b>	<b>193</b>	<b>424</b>	<b>16</b>

As principais premissas atuariais utilizadas na avaliação do passivo atuarial são conforme segue:

2023

2022

Taxa real anual de descontos	5,49% a.a.	6,18% a.a.
Taxa nominal anual de desconto	9,60% a.a.	11,82% a.a.
Taxa anual de longo prazo de inflação	3,90% a.a.	5,31% a.a.
Rotatividade no Plano de Aposentadoria	Nula	Nula
Rotatividade no Plano de Saúde	Nula	Nula
Projeção crescimento real de salário	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Fator de capacidade (salário e benefício)	98%	98%
Composição familiar	Dados reais	Dados reais
	AT2000 (Suavizada 10% com desagravo de 20%) por sexo	AT2000 (Suavizada 10% com desagravo de 20%) por sexo
Tábua Mortalidade Geral		
Tábua Mortalidade de Inválidos	MI - 85 <i>Female</i>	MI - 85 <i>Female</i>
Tábua Entrada Invalidez	ALVARO VINDAS (-30%)	ALVARO VINDAS (-30%)

Os resultados apurados foram os seguintes:

### Plano de Aposentadoria

#### *Estatísticas dos participantes*

<b>População</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Participantes ativos	<b>150151</b>	<b>150</b>
<b>Características etárias</b>		
1. Participantes ativos		
1.1. Idade média	<b>45</b>	<b>44</b>
1.2. Serviço creditado médio	<b>13</b>	<b>12</b>
<b>Salários e benefícios</b>		
1. Participantes ativos		
1.1. Salário médio em R\$	<b>22.035</b>	<b>14.299</b>

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Títulos de Renda Fixa	78,42%	76,01%
Imóveis	1,83%	1,75%
Outros	19,75%	22,24%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Os valores apurados referentes ao plano de aposentadoria são como segue:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(1.276)	(978)

Valor justo dos ativos do plano	1.224	1.017
(Déficit)/superávit para cobertura do plano	(52)	39
Ganho atuarial não reconhecido	-	-
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
Limite de reconhecimento do ativo ( <i>asset ceiling</i> )	-	-
Ativo (passivo) atuarial líquido no fim do exercício	(52)	39

As movimentações ocorridas seguem:

#### Reconhecimento dos Custos do Plano B no Exercício

##### 1 Resultado do Exercício

1 Custo do serviço corrente líquido	16
2 Custo do serviço passado	114
3 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	112
4 Rendimento esperado dos ativos do plano	(117)
5 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	5
6 Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados	-
7 Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	(130)

##### 2 Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício

1 (Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(147)
2 (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	115
3 (Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(44)
4 Remensurações de outros benefícios de longo prazo no Resultado do Exercício	-
5 (Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(76)

##### 3 Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado

1 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do exercício anterior em ORA	(285)
2 (Ganhos)/perdas no exercício	(76)
3 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do exercício em ORA	(361)

A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade para o Plano de Aposentadoria em 31 de dezembro de 2023:

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto	Impacto %
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(110)(80)	8,63%
	Redução de 0,5%	125	9,77%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	(8)	(0,65%)
	Redução de 1 ano	11	0,83%
Crescimento Real de Salário	Aumento de 0,5%	15	1,14%
	Redução de 0,5%	(14)	1,11%

#### Plano de Saúde

##### Estatísticas dos participantes

População	2023	2022
Participantes ativos	48	145
<b>Características etárias</b>		
1. Participantes ativos		
1.1. Idade média	44	43
1.2. Serviço creditado médio	13	11

Os valores apurados referentes ao Plano de Saúde são como segue:

	2023	2022
Valor presente das obrigações atuariais sem cobertura	(2.729)	(5.214)
Valor justo dos ativos do plano	-	-
(Déficit) para cobertura do plano	(2.729)	(5.214)
Ganho atuarial não reconhecido	-	-
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
Limite de reconhecimento do ativo ( <i>asset ceiling</i> )	-	-
(Passivo) atuarial líquido no fim do exercício	(2.729)	(5.214)

### Reconhecimento dos Custos do Plano de Saúde no Exercício

#### 1 Resultado do Exercício

1 Custo do serviço corrente líquido	424
2 Custo do serviço passado	(4.095)
3 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	615
4 Rendimento esperado dos ativos do plano	-
5 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-
6 Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados	-
7 Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	(3.056)

#### 2 Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício

1 (Ganhos)/perdas nos ativos do plano	-
2 (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	599
3 (Ganhos)/perdas no efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-
4 Remensurações de outros benefícios de longo prazo no Resultado do Exercício	-
5 (Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	599

#### 3 Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado

1 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do exercício anterior em ORA	307
2 (Ganhos)/perdas no exercício	599
3 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do exercício em ORA	906

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade para o Plano de Saúde em 31 de dezembro de 2023:

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto	Impacto %
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(271)	(9,93%)
	Redução de 0,5%	315	11,55%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	51	1,86%
	Redução de 1 ano	(52)	(1,92%)
lário	Aumento de 0,5%	313	11,49%
	Redução de 0,5%	(271)	(9,94%)
Crescimento das contribuições			

### Plano Odontológico

Os resultados do estudo atuarial são apresentados a seguir, comparativamente a 2022:

#### Estatísticas dos participantes

População	2023	2022
Participantes ativos	81	145
<b>Características etárias</b>		
1. Participantes ativos		
1.1. Idade média	41	43
1.2. Serviço creditado médio	12	11

Os valores apurados referentes ao Plano Odontológico são como segue:

	2023	2022
Valor presente das obrigações atuariais sem cobertura	(99)	(165)
Valor justo dos ativos do plano	-	-
(Déficit) para cobertura do plano	(99)	(165)
Ganho atuarial não reconhecido	-	-
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
Limite de reconhecimento do ativo ( <i>asset ceiling</i> )	-	-
(Passivo) atuarial líquido no fim do exercício	(99)	(165)

#### Reconhecimento dos Custos do Plano Odontológico no Exercício

##### 1 Resultado do Exercício

1 Custo do serviço corrente líquido	14
2 Custo do serviço passado	(134)
3 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	19
4 Rendimento esperado dos ativos do plano	-
5 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-
6 Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados	-
7 Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	(101)

##### 2 Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício

1 (Ganhos)/perdas nos ativos do plano	-
2 (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	35
3 (Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-
4 Remensurações de outros benefícios de longo prazo no Resultado do Exercício	-
5 (Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	35

##### 3 Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado

1 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do exercício anterior em ORA	(9)
2 (Ganhos)/perdas no exercício	35
3 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do exercício em ORA	26

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade para o plano odontológico em 31 de dezembro de 2023:

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto	Impacto %
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(11)	(11,52%)
	Redução de 0,5%	13	13,55%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	2	1,70%
	Redução de 1 ano	(2)	(1,76%)
Crescimento Real de Salário	Aumento de 0,5%	13	13,57%
	Redução de 0,5%	(11)	(11,62%)

Segue a movimentação dos passivos atuariais descritos:

2022	Custos serviço corrente	Despesa do exercício	Outros resultados abrangentes	2023
------	-------------------------	----------------------	-------------------------------	------

Plano de saúde	<b>5.214</b>	(3.056)	(28)	600	<b>2.730</b>
Plano odontológico	<b>165</b>	(101)	(1)	35	<b>98</b>
Previdência privada	<b>0</b>	130	(2)	(76)	<b>52</b>
	<b>5.379</b>	<b>(3.027)</b>	<b>(31)</b>	<b>559</b>	<b>2.880</b>

Imposto de renda diferido				140	
Contribuição social diferida				51	
				<b>(368)</b>	

	<b>2021</b>	<b>Custos serviço corrente</b>	<b>Despesa do exercício</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>2022</b>
Plano de saúde	<b>5.771</b>	1.124	(27)	(1.654)	<b>5.214</b>
Plano odontológico	<b>182</b>	37	(1)	(53)	<b>165</b>
Previdência privada	<b>0</b>	(160)	(11)	171	<b>0</b>
	<b>5.953</b>	<b>1.001</b>	<b>(39)</b>	<b>(1.535)</b>	<b>5.379</b>
Imposto de renda diferido				384	
Contribuição social diferida				138	
				<b>(1.013)</b>	

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

<b>Benefício aos empregados</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de Desconto Real e Anual</b>
Plano B	16,08	5,49%
Plano de Saúde	21,34	5,49%
Plano Odontológico	25,14	5,49%

### Seguro de Vida em Grupo

A Gasmig também patrocina Seguro de Vida em Grupo para seus empregados e estagiários com a Mapfre Vida S/A. No entanto, de acordo com o estipulado nos contratos entre a Gasmig e a seguradora já citada, este benefício é garantido apenas durante o período em que o empregado ou estagiário estiver em atividade na empresa. Portanto, não gera obrigações pós-emprego.

## 19. Patrimônio Líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 665.430. O capital é composto integralmente por ações nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

<b>Acionistas</b>	<b>Quantidades de Ações (milhares)</b>					
	<b>Ordinárias</b>	<b>%</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Cia. Energética de Minas Gerais	152.151	99,1	153.471	100	305.622	99,6
Município de Belo Horizonte	1.320	0,9	-	-	1.320	0,4

<b>Total em 31/12/2023 e 31/12/2022</b>	<b>153.471</b>	<b>100</b>	<b>153.471</b>	<b>100</b>	<b>306.942</b>	<b>100</b>
---	----------------	------------	----------------	------------	----------------	------------

b) Reservas de lucros

A seguir, é demonstrada a composição da conta reserva de lucros:

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Reserva legal (i)	133.088	128.176
Reserva de lucros a realizar (ii)	60.630	65.517
Reserva de retenção de lucros (iii)	-	121.807
Dividendos adicionais propostos (iv)	447.048	344.052
	<b>640.766</b>	<b>659.552</b>

i) *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2023, a Companhia atingiu o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem como objetivo preservar a integridade do capital e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

ii) *Reserva de lucros a realizar*

Com a renovação do Contrato de Concessão em dezembro de 2014, a Companhia passou a reconhecer a realização dos valores registrados nessa reserva na mesma medida do reconhecimento da amortização dos ativos intangíveis constituídos para refletir o novo custo da concessão. Essa reserva teve origem no valor de atualização monetária do ativo financeiro acumulado, em função da aplicação do ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

iii) *Reserva de retenção de lucros*

Tem o objetivo de reforçar o capital circulante e atender às necessidades de recursos para investimentos da Companhia em obras de distribuição de gás e modernização. Essas retenções de lucros foram devidamente aprovadas pelos acionistas da Companhia em anos anteriores, com base em orçamentos de capital compreendendo todas as fontes e aplicações de recursos, nos termos do Art. 196 da Lei das Sociedades por Ações. Em 26 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária da GASMIG aprovou o pagamento de dividendos por meio da distribuição do saldo acumulado de lucros retidos em anos anteriores. Os referidos dividendos, no valor de R\$121.807, foram integralmente pagos aos acionistas no dia 28 de dezembro de 2023.

iv) *Dividendos adicionais propostos*

Nos exercícios em que a Administração da Companhia propõe a distribuição de dividendos em quantia superior ao mínimo previsto estatutariamente, tais recursos são mantidos no Patrimônio Líquido, em conta específica intitulada "Dividendos Adicionais Propostos", até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

c) Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

<b>Numerador</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia</b>		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	298.044	238.869
Lucro disponível aos acionistas ordinários	298.043	238.870
	<b>596.087</b>	<b>477.739</b>
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações preferenciais	153.471	153.471
Média ponderada de número de ações ordinárias	153.471	153.471
<b>Total</b>	<b>306.942</b>	<b>306.942</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação, em reais</b>		
Preferencial	1,9420	1,5565
Ordinária	1,9420	1,5565

Observação: Ajuste de todos os períodos apresentados, conforme item 64 do CPC 41/IAS 33 – Resultado por Ação.

d) Dividendos e Juros sobre capital próprio

O dividendo mínimo obrigatório determinado pelo *caput* do Art. 42 do Estatuto Social da Companhia é de 25% sobre o lucro disponível para distribuição, apurado na forma do Art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Quando a Companhia declara juros sobre o capital próprio, estes são computados no cálculo do dividendo mínimo obrigatório e contabilizados em despesas financeiras, observadas as disposições contidas na Lei nº 9.249/95. Para efeito de demonstração, os juros sobre o capital próprio são eliminados das despesas financeiras do exercício e apresentados na conta de lucros acumulados.

**Os dividendos declarados e pagos por ação foram, em reais**

R\$ 2,0512 por ação preferencial (2022: R\$ 0,9269)	314.814	142.681
R\$ 2,0512 por ação ordinária (2022: R\$ 0,9269)	314.814	142.682

A distribuição de lucros aos acionistas é demonstrada abaixo:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	596.087	477.739
<b>Reserva legal</b>	(4.912)	(23.888)
<b>Realização da reserva de lucros a realizar - ICPC 01</b>	4.887	4.886
<b>Lucro disponível para distribuição</b>	596.062	458.737
<b>Dividendos propostos pela administração</b>		
<b>Dividendo mínimo obrigatório:</b>		
- Juros sobre capital próprio	69.149	65.187
- Dividendos	79.865	49.498

<b>Total de dividendos e juros sobre capital próprio</b>	<b>149.014</b>	<b>114.685</b>
Dividendos adicionais propostos	447.048	344.052
<b>Valor total dos dividendos e juros sobre capital próprio destinados</b>	<b>596.062</b>	<b>458.737</b>
(-) IRRF – JCP	(10.328)	(9.736)
<b>Participação dos dividendos no lucro disponível para Distribuição (%)</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Em atendimento ao item 24 da Interpretação ICPC 08 (R1), os juros sobre o capital próprio já declarados, assim como a parcela do dividendo que não excede ao mínimo obrigatório, são classificados no Passivo Circulante da Companhia, pois se caracterizam como uma obrigação legal.

Nos casos em que a Administração propõe dividendos em quantia superior ao mínimo previsto estatutariamente, esses recursos são mantidos no Patrimônio Líquido, em conta específica intitulada "Dividendos Adicionais Propostos", até a deliberação definitiva que venha a ser tomada pela Assembleia Geral dos acionistas.

A seguir, a movimentação da conta “Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar”, líquido de IR (Passivo Circulante):

Saldo em 31/12/2022	Juros sobre o Capital Próprio Pagos relativos ao Exercício de 2022	Dividendos Adicionais Declarados relativos a 2022	Dividendos Complementares pagos relativos ao Exercício de 2022	Dividendos Adicionais pagos relativos ao Exercício de 2022	Juros sobre o Capital Próprio Declarados relativos ao Exercício de 2023	Juros sobre o Capital Próprio Pagos relativos ao Exercício de 2023	Dividendos Intermediários Declarados relativos à Reserva de Lucros	Dividendos Intermediários pagos relativos à Reserva de Lucros	Dividendos mínimos obrigatórios complementares relativos ao Exercício de 2023	Saldo em 31/12/2023
106.785	(55.450)	344.053	(49.498)	(344.053)	58.823	(58.823)	121.807	(121.807)	79.865	81.702

#### e) Proposta de destinação do lucro de 2023

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 30 de abril de 2024, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2023, no montante de R\$596.087, e do saldo de realização da reserva de lucros a realizar no montante de R\$4.886:

- R\$4.910 sejam alocados à conta de reserva legal.
- R\$69.149 de juros sobre o capital próprio (“JCP”), declarados em 15 de dezembro de 2023, sendo todo o valor imputado aos dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$79.865 como complemento aos dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$447.048 sob a forma de dividendos adicionais propostos;

## 20. Receita Líquida de Vendas

A receita é formada por valores relativos ao fornecimento bruto de gás, conforme tabela a seguir:

	Número de consumidores		Volume em mil m <sup>3</sup>		R\$ mil	
	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
	Automotivo	63	62	31.907	40.950	119.007
Gás Natural Comprimido Automotivo	3	2	541	364	1.849	1.260
Industrial	100	101	830.943	870.667	3.570.115	3.925.310
Gás Natural Comprimido Industrial	5	5	12.473	13.616	42.014	49.059
Residencial	94.367	81.201	11.912	11.392	90.500	85.130
Cogeração	7	7	12.075	13.137	46.942	53.270
Comercial	1.339	1.201	21.964	23.114	111.755	105.333
Subtotal - gás convencional	<b>95.884</b>	<b>82.579</b>	<b>921.815</b>	<b>973.240</b>	<b>3.982.182</b>	<b>4.388.453</b>
Termelétricas	(*)-	-	-	37.991	-	42.500
<b>Subtotal gás vendido</b>	<b>95.884</b>	<b>82.579</b>	<b>921.815</b>	<b>1.011.231</b>	<b>3.982.182</b>	<b>4.430.953</b>
Receita de Distribuição** (industrial mercado livre)	1	1	92.362	87.133	93.992	83.600
Receita de Distribuição** (térmico mercado livre)	2	2	19.050	7.119	79.594	45.506
<b>Total (gás vendido + distribuição)</b>	<b>95.887</b>	<b>82.582</b>	<b>1.033.227</b>	<b>1.105.483</b>	<b>4.155.768</b>	<b>4.560.059</b>

(\*) Os dois clientes termelétricas migraram para o mercado livre

(\*\*) a tarifa do serviço de distribuição incide, para fins de cobrança e faturamento, sobre a capacidade contratada, em base quinzenal, mesmo não ocorrendo nenhuma utilização

Abaixo é apresentada a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida constantes na demonstração de resultado do exercício:

	2023	2022
<b>Receita bruta</b>	4.155.768	4.560.058
Descontos e abatimentos	(16.291)	(17.008)
Impostos sobre vendas		
ICMS Operação própria	(497.177)	(552.300)
ICMS Substituição tributária	(8.957)	(6.651)
PIS	(58.971)	(62.618)
COFINS	(271.625)	(288.425)
ISSQN	(894)	(272)
Receita de construção	298.870	52.596
<b>Receita líquida</b>	<b>3.600.723</b>	<b>3.685.380</b>

A Companhia possui um consumidor Industrial cuja receita líquida monta R\$915.393 e representa mais que 10% da sua receita líquida total até o quarto trimestre de 2023. Em 2022, no mesmo período, um consumidor, cuja receita líquida montava R\$1.016.470, representava mais de 10%, da receita líquida total daquele período.

## 21. Receitas e Custos de Construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura da concessão durante a fase de construção. Considerando que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero. A aquisição de tubos para o Projeto Centro-Oeste impactou o resultado da Receita e do Custo de Construção no período.

2023

2022

Receita de construção	298.870	52.596
Custos de construção	(298.870)	(52.596)
<b>Líquido</b>	-	-

## 22. Custos e Despesas por Natureza

A abertura das despesas/receitas por natureza:

	2023	2022
Compra de gás*	(2.237.013)	(2.735.482)
Custos de operação e manutenção da rede	(41.513)	(35.352)
Amortização	(87.570)	(84.485)
Despesas com pessoal	(34.703)	(34.446)
Participação nos lucros	(19.080)	(14.332)
Despesas com materiais e serviços	(25.364)	(21.355)
Perda esperada em créditos	(157)	(59)
Créditos na reversão de provisão para devolução aos clientes - Nota 8	14.567	-
Outras despesas	(10.950)	(14.077)
	<b>(2.441.783)</b>	<b>(2.939.529)</b>

Classificadas como:

Custos dos produtos vendidos	(2.358.979)	(2.849.932)
Despesas de vendas, administrativas e gerais	(102.549)	(89.538)
Perda esperada em créditos	(157)	(59)
Outras receitas e despesas operacionais	19.902	-
	<b>(2.441.783)</b>	<b>(2.939.529)</b>

\*Em 2007, foi criada a Parcela Compensatória como um mecanismo capaz de repassar integralmente para as tarifas as variações positivas e negativas entre as previsões assumidas para o cálculo do custo médio do gás adquirido e o efetivamente pago. E, em julho de 2017, a então Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes, antigo nome da Sede/MG, regulamentou a Parcela Compensatória com a publicação da Nota Técnica SEDECTES nº 04/2017 - ANEXO VIII.

A Parcela Compensatória garante os princípios do Contrato de Concessão que preveem a adoção de uma tarifa adequada, conforme reconhecido na Nota Técnica SEDECTES nº 04/2017: “o mecanismo da parcela compensatória deve resguardar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão gerando a neutralidade dos componentes tarifários não gerenciáveis pela concessionária e contribuir para a estabilidade tarifária”

Esse mecanismo visa garantir que não haverá perdas ou ganhos com relação ao custo do gás realizado quando comparado ao previsto para o repasse do reajuste das tarifas, tanto para a concessionária de distribuição do gás natural, quanto para o mercado consumidor.

O valor total relativo à Conta de Compensação apurado pela diferença entre o valor pago relativo à compra de gás natural e serviços relativos ao Projeto Estruturante e o repassado ao mercado no trimestre anterior é

acrescido (aumento ou redução) ao custo médio que vigorará no(s) trimestre(s) seguinte(s). Para apuração dos valores totais devidos de uma parte a outra, é aplicada a correção diária da taxa Selic divulgada pelo Banco Central.

Atualmente, as principais variáveis que afetam a Parcela Compensatória são: (i) a previsão de pagamento dos Compromissos Contratuais e sua efetiva realização; e (ii) custos relativos ao Projeto Estruturante. Defasagens nos repasses dos reajustes e diferenças obtidas entre as diversas variáveis que compõem o custo médio de aquisição e do custo de distribuição também compõem a Parcela Compensatória.

A Resolução SEDE nº 47, de 30 de setembro de 2022, aprovou a adoção de uma margem variável para o segmento de GNV, dependendo de sua competitividade junto à gasolina, sendo que a diferença da margem homologada para a margem realizada é captada em uma conta gráfica separada. As tarifas do GNV foram ajustadas, conforme a Resolução, a partir de outubro de 2022 e com vigência inicial até dezembro de 2023. A Resolução SEDE nº 53, de 27 de dezembro de 2023 prorrogou a vigência da margem variável até dezembro de 2024.

Em 2023, foi recuperado cerca de 50% do saldo da parcela compensatória que o mercado deve à Companhia, sem que houvesse a necessidade de reajustes positivos das tarifas. O saldo remanescente, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$72.924

## 23. Resultado Financeiro

A composição do resultado financeiro é como segue:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicações financeiras	89.244	82.353
Juros e multas	4.712	3.102
Atualização monetária	7.013	7.360
Atualização monetária crédito tributário (a)	56.256	17.468
Outros	111	155
	<b>157.336</b>	<b>110.438</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos da dívida	(100.016)	(112.199)
Juros e multas	(1.835)	(1.280)
PIS/COFINS	(7.247)	(5.047)
Atualização monetária valores a restituir (a)	(56.857)	(472)
Outras	(211)	(756)
	<b>(166.166)</b>	<b>(119.754)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(8.830)</b>	<b>(9.316)</b>

(a) Saldo correspondente a atualização de créditos tributários de exclusão de ICMS na base de PIS/COFINS e passivos a restituir.

## 24. Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

	31/12/2023		31/12/2022		
	Nível	Valor	Valor	Valor	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativos Financeiros</b>					
<b>Custo Amortizado</b>					
Títulos e valores mobiliários	1	139.787	139.787	-	-
Contas a receber de clientes	2	337.732	337.732	306.691	306.691
<b>Valor Justo por meio de Resultado</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	1 e 2	338.463	338.463	512.086	512.086
Títulos e valores mobiliários	2	9.127	9.127	127.051	127.051
Ativo financeiro da concessão	3	38.559	38.559	36.945	36.945
		<b>863.668</b>	<b>863.668</b>	<b>982.773</b>	<b>982.773</b>
<b>Passivos Financeiros</b>					
<b>Custo Amortizado</b>					
Debêntures	2	1.075.424	1.74.915	1.044.433	1.044.433
Arrendamentos	2	8.961	8.961	10.637	10.637
Fornecedores	2	242.669	242.669	288.649	288.649
		<b>1.327.054</b>	<b>1.326.545</b>	<b>1.343.719</b>	<b>1.343.719</b>

b) Gestão de Riscos

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros e de suas atividades:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco regulatório.

A Companhia mantém políticas de gerenciamento de riscos e estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

b.1) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, advindos da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente.

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Além disso, a maior parte das receitas de vendas provém de grandes indústrias, com sólida situação financeira. A Companhia efetua análises individuais dos saldos em atraso e registra provisão para os créditos que representa sua estimativa de despesas a incorrer com as contas a receber. A provisão para perdas esperadas de crédito, registrada no montante de R\$8.207 em 31 de dezembro de 2023 (em 31 de dezembro de 2022, R\$8.050) representativos de 2,4% (em 31 de dezembro

de 2022, 2,6%) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito. A composição de vencimentos e movimentação da provisão foi demonstrada na Nota Explicativa nº 6.

	2023		2022	
	Recuperação		Recuperação	
	Sem problemas	Com problemas	Sem problemas	Com problemas
Baixo risco	319.975	-	246.091	-
Médio risco	8.555	-	51.196	-
Alto risco	17.409	-	17.409	-
Valor bruto	345.939	-	314.696	-
Provisão para perda	(8.207)	-	(8.005)	-
<b>Total</b>	<b>337.732</b>	<b>-</b>	<b>306.691</b>	<b>-</b>

#### Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$340.245 em dezembro de 2023 (R\$514.027 em dezembro de 2022), os quais representam sua máxima exposição ao risco de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

#### Títulos e valores mobiliários

A Companhia possui CDBs no valor total de R\$148.914 em 31 de dezembro de 2023, (R\$127.051 em dezembro de 2022).

#### b.2) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2 meses ou menos	2 - 12 Meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	5-20 anos
Debêntures	1.092.701	1.553.492	-	173.394	180.583	580.774	618.741
Arrendamentos	8.961	10.576	588	2.938	3.525	3.525	-
Fornecedores	242.669	242.669	242.669	-	-	-	-
	<b>1.344.331</b>	<b>1.806.737</b>	<b>243.257</b>	<b>176.332</b>	<b>184.108</b>	<b>584.299</b>	<b>618.741</b>

#### b.3) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, exercem sobre os ganhos da Companhia ou sobre o valor de suas participações em instrumentos

financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

#### Risco de taxa de juros

A Companhia adota políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização de custos de capital. As aplicações financeiras da Companhia são, principalmente, mantidas em operações vinculadas aos juros do CDI, conforme apontado nas Notas Explicativas nº 4 e 5.

As captações são provenientes de emissões de debêntures públicas, conforme Nota Explicativa nº 13. As taxas de juros do mercado são monitoradas com o objetivo de assegurar a melhor rentabilidade das aplicações financeiras e para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas.

#### Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros, a exposição da Companhia está atrelada às emissões públicas de debêntures efetuadas e aplicações financeiras, as quais são indexadas à variação do IPCA e da Selic. A taxa CDI acompanha a taxa Selic. Os valores da citada exposição estimados pela Companhia, consideram o resultado dos cenários provável e adverso, respectivamente, bem como possuem como base as taxas de juros projetadas por seus consultores financeiros para o próximo exercício e são apresentados a seguir:

	31/12/2023		
	Valor contábil	Cenário Provável	Cenário Adverso
		SELIC 9,25% IPCA 4,23%	SELIC 7,75% IPCA 3,16%
<b>Ativos</b>			
Aplicações financeiras – circulante	338.463	369.771	364.699
Títulos e valores mobiliários - circulante	139.787	145.700	144.198
Títulos e valores mobiliários – não circulante	9.127	9.513	9.415
	<u>487.377</u>	<u>524.984</u>	<u>518.312</u>
<b>Ativo líquido exposto</b>	<u>487.377</u>	<u>524.984</u>	<u>518.312</u>
<b>Efeito líquido da variação das taxas de juros</b>		<u>37.607</u>	<u>30.935</u>

	31/12/2023		
	Valor contábil	Cenário Provável	Cenário Adverso
		IPCA 4,23%	IPCA 6,84%
<b>Passivos</b>			
Debêntures (IPCA) – circulante	(134.236)	(139.914)	(143.423)
Debêntures (IPCA) - não circulante	(958.465)	(999.008)	(1.024.064)
	<u>(1.092.701)</u>	<u>(1.138.922)</u>	<u>(1.167.487)</u>
<b>Passivo líquido exposto</b>	<u>(1.092.701)</u>	<u>(1.138.922)</u>	<u>(1.167.487)</u>
<b>Efeito líquido da variação das taxas de juros</b>		<u>(46.221)</u>	<u>(74.786)</u>

#### b.4) Risco regulatório

Por meio da celebração do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Exploração Industrial, Institucional e Residencial dos Serviços de Gás Canalizado no Estado de Minas Gerais, ocorrida em 11 de novembro de 2022, a Companhia assumiu como metas de expansão para o ciclo tarifário de 2022 a 2026: (i) implantar redes de gás canalizado em municípios localizados em pelo menos sete mesorregiões do Estado de Minas Gerais; e (ii) atingir a marca de 100 mil clientes atendidos até o fim de 2026. O não atingimento das metas assumidas no âmbito do Quarto Termo Aditivo poderá ensejar a aplicação de penalidades contratuais, como advertência, multa, ou em última hipótese, a decretação de caducidade, nos termos do Contrato de Concessão.

## **25. Informações por Segmentos Operacionais**

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de Gás no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

## **26. Transações não envolvendo caixa**

A Companhia realizou as seguintes atividades não envolvendo caixa e, por isso, não refletida na demonstração de fluxo de caixa:

Encargos financeiros adicionados ao ativo de concessão no montante de R\$7.358, em 31 de dezembro de 2023 (R\$5.426, em 31 de dezembro de 2022).

Ganho do serviço passado na alteração ou redução do Plano no montante de R\$4.115 em 31 de dezembro de 2023 (R\$353, em 31 de dezembro de 2023).

## **27. Eventos subsequentes**

No dia 25 de janeiro de 2024, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais publicou a Resolução SEDE nº 09, que aprova as tarifas e margens para distribuição de gás natural canalizado no Estado de Minas Gerais, com vigência a partir de 1º de fevereiro de 2024. As tarifas vigentes, por categoria tarifária, bem como as demais resoluções sobre reajustes tarifários podem ser consultadas por meio do endereço eletrônico: <https://www.desenvolvimento.mg.gov.br/inicio/projetos/projeto/1085>.

No dia 31 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração da Gasmig aprovou o pagamento de dividendos intermediários, no valor de R\$200.000, correspondentes à antecipação parcial dos dividendos do exercício de 2023. Esses dividendos intermediários foram pagos aos acionistas em fevereiro de 2024. Assim, do valor total de dividendos submetidos à AGO de 2024 para deliberação, serão descontados os Juros sobre o Capital Próprio e os dividendos intermediários, ambos já pagos aos acionistas.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

### Exercício 2023

O Conselho Fiscal da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa, Demonstrações do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023.

Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração durante todo o exercício social e à vista do Relatório da *KPMG Auditores Independentes Ltda*, sem ressalva, o Conselho Fiscal manifesta-se favoravelmente à aprovação do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Gasmig de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a ser submetida à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária - AGO dos acionistas da Gasmig.

Assinatura Eletrônica  
21/03/2024 09:38 UTC  
Belo Horizonte, 20 de março de 2024.

**BRy** Luiz Fernando de Medeiros Moreira

216.\*\*\*-34  
Luiz Fernando de Medeiros Moreira

**LUIZ FERNANDO DE MEDEIROS MOREIRA**

Assinatura Eletrônica  
21/03/2024 20:59 UTC  
CONSELHEIRO TITULAR - PRESIDENTE

**BRy** 

312.\*\*\*-20  
Jorge Luiz Schmitt-Prym

**JORGE LUIZ SCHMITT-PRYM**

CONSELHEIRO TITULAR

Assinatura Eletrônica  
21/03/2024 20:31 UTC

**BRy** Fábio Baccheretti Vitor

055.\*\*\*-75  
Fábio Baccheretti Vitor

**FÁBIO BACCHERETTI VITOR**

CONSELHEIRO TITULAR

## PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria - COAUD, reunidos com os Diretores e responsáveis pela KPMG Auditores Independentes, analisaram as Demonstrações Financeiras da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, com as correspondentes Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Após discussões e esclarecimentos pertinentes, com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e à vista do Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., sem ressalva, os membros do Comitê de Auditoria manifestam-se favoravelmente, por unanimidade, às Demonstrações Financeiras da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Belo Horizonte, 20 de março de 2024.

Assinatura Eletrônica  
21/03/2024 19:50 UTC

BRy

*Márcio de Lima Leite*

639 \*\*\* \*\*\_53

Márcio de Lima Leite

**Márcio de Lima Leite - Coordenador**

Membro do Comitê de Auditoria

Assinatura Eletrônica  
21/03/2024 20:47 UTC

BRy

*Heloisa Belotti Bedicks*

048 \*\*\* \*\*\_43

Heloisa Belotti Bedicks

**Heloisa Belotti Bedicks**

Membro do Comitê de Auditoria

Assinatura Eletrônica  
21/03/2024 19:47 UTC

BRy



456 \*\*\* \*\*\_15

Jair Rezini

**Jair Rezini**

Membro do Comitê de Auditoria

**COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS – GASMIG**

**CNPJ/ME nº 22.261.473/0001-85**

**NIRE 3130000581-0**

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

DECLARAMOS, na qualidade de Diretores da COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG, sociedade por ações, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 7º andar, Santo Agostinho, CEP 30.190-924, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.261.473/0001-85 (“Companhia”), em atenção ao disposto no parágrafo 1º, inciso VI, do artigo 27 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Belo Horizonte, 20 de março de 2024.

Assinatura Eletrônica  
20/03/2024 21:19 UTC

**BRy** *Gilberto Moura Valle Fo.*

975.\*\*\*-04  
GILBERTO MOURA VALLE FILHO

Gilberto Moura Valle Filho  
Diretor-Presidente

Assinatura Eletrônica  
20/03/2024 18:37 UTC

**BRy** 

147.\*\*\*-05  
Carlos Eduardo de M.Barros Junior

Carlos Eduardo de Moraes Barros Junior  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Assinatura Eletrônica  
20/03/2024 17:52 UTC

**BRy** *Rodrigo Solha Pazzini de Freitas*

637.\*\*\*-49  
Rodrigo Solha Pazzini de Freitas

Rodrigo Solha Pazzini de Freitas  
Diretor Técnico

Assinatura Eletrônica  
20/03/2024 22:04 UTC

**BRy** *Marcos Montes*

191.\*\*\*-34  
Marcos Montes Cordeiro

Marcos Montes Cordeiro  
Diretor Administrativo

**COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS – GASMIG**  
**CNPJ/ME nº 22.261.473/0001-85**  
**NIRE 3130000581-0**

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR  
INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES ANUAIS**

DECLARAMOS, na qualidade de Diretores da COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - Gasmig, sociedade por ações, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 1.200, 7º andar, Lourdes, CEP 30.190-924, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.261.473/0001-85 ("Companhia"), em atenção ao disposto no parágrafo 1º, inciso V, do artigo 27 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com a conclusão expressa no relatório do auditor independente sobre a revisão das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Belo Horizonte, 20 de março de 2024.

Assinatura Eletrônica  
20/03/2024 21:19 UTC

**BRy** *Gilberto Moura Valle Fo.*

975.\*\*\*.\*\*\*.04  
GILBERTO MOURA VALLE FILHO

Gilberto Moura Valle Filho  
Diretor-Presidente

Assinatura Eletrônica  
20/03/2024 18:37 UTC

**BRy** 

147.\*\*\*.\*\*\*.05  
Carlos Eduardo de M. Barros Junior

Carlos Eduardo de Moraes Barros Junior  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Assinatura Eletrônica  
20/03/2024 17:52 UTC

**BRy** *Rodrigo Solha Pazzini de Freitas*

637.\*\*\*.\*\*\*.49  
Rodrigo Solha Pazzini de Freitas

Rodrigo Solha Pazzini de Freitas  
Diretor Técnico

Assinatura Eletrônica  
20/03/2024 22:04 UTC

**BRy** *Marcos Montes*

191.\*\*\*.\*\*\*.34  
Marcos Montes Cordeiro

Marcos Montes Cordeiro  
Diretor Administrativo